

PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO 59
OUT/NOV 2022

#472

RECORDE DE FAMÍLIAS
ENDIVIDADAS

ENERGIA LIMPA:
POTENCIAL DO BRASIL

“BRASILIANIZAÇÃO” DO MUNDO

Alex Hochuli

Segundo pesquisador, outros países já
reproduzem precariedades nacionais

ALEGRIA DAS MULTIDÕES

Arte em campo

Exposição traça relação entre
o modernismo e o futebol

RS27,90



Fazer mais com menos

ESTAGNADA HÁ QUATRO
DÉCADAS, ELEVAÇÃO
DA PRODUTIVIDADE
É ESSENCIAL PARA
O BRASIL CRESCER
COM CONSISTÊNCIA
E AUMENTAR A
RENDA PER CAPITA



SOLUÇÕES QUE ATENDEM SUA EMPRESA.

Com programas liderados por especialistas,
o Atendimento Corporativo Senac desenvolve
as capacidades de quem faz
sua empresa crescer.

DESENVOLVENDO TALENTOS,
POTENCIALIZANDO RESULTADOS.

corporativo.sp.senac.br

0800 707 1027



atendimento corporativo

FECOMERCIO SP

PRESIDENTE Abram Szajman

SUPERINTENDENTE Antonio Carlos Borges

TUTU

www.agenciaturu.com.br

REDAÇÃO

Rua Santa Cruz, 722, 5º andar

CEP 04122-000

São Paulo/SP | (11) 3170-1571

PUBLICAÇÕES

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA Demian Russo

DIRETORA DE CONTEÚDO Elisa Klabunde

EDITOR Lucas Mota MTB 46.597/SP

EDITOR-ASSISTENTE Eduardo Ribeiro

REPÓRTER Filipe Lopes

REVISÃO Flávia Marques e Marina Jarouche

DIRETORES DE ARTE Clara Voegeli e Demian Russo

EDITORA DE ARTE Carolina Lusser

DESIGNERS Alberto Lins, Estêvão Vieira, Igor Marques, Joelson Buggilla, Jônia Caon, Paula Seco e Yana Parente

COLABORAM NESTA EDIÇÃO Agência BORI, Aline Carvalho, Antonio Lanzana, Bárbara Dias, Gilmara Santos, Graziella Testa, Herbert Carvalho, Humberto Dantas, Helga Almeida, José Mário Wanderley Gomes, Pâmela Brito, Paulo Delgado, Paulo Peres e Vinicius Mendes

RELAÇÕES PÚBLICAS
Maria Izabel Collor de Mello

CAPA Paula Seco

CONSULTORIA DE CONTEÚDO André Rocha

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem a opinião da PB. Sua publicação tem como objetivo privilegiar a pluralidade de ideias acerca de assuntos relevantes da atualidade.

revistapb.com.br

FALE COM A GENTE
publicacoes@fecomercio.com.br

IMPRESSÃO Eskenazi



PB | #472

A produtividade brasileira patina há quatro décadas. Este estado de letargia é resultado de uma combinação de fatores: infraestrutura deficiente, educação de baixa qualidade, burocracia e impostos altos. Em meio a um ambiente de negócios nada convidativo, o Brasil se condena a competir em desvantagem em relação a outros países. Reverter o quadro de ineficiência requer articulações entre público e privado e reformas estruturais (quase) sempre adiadas.



Quer ficar por dentro das nossas novidades?

Assine a nossa newsletter. Basta apontar o seu celular para este código QR.

revistapb.com.br

@pbrevista

@pb_revista

@pbrevista

@fecomerciosp



OUÇA O NOSSO PODCAST! DISPONÍVEL NO SITE DA REVISTA, DEEZER, SPOTIFY E SOUNDCLOUD.

TUTU

PB

REVISTAPB.COM.BR

É retratando e analisando a pluralidade, a diversidade e a complexidade do Brasil que a PB se atualiza e se reinventa. São reportagens, artigos, ensaios e podcasts que lançam um olhar abrangente sobre a sociedade, a política, a cultura e as pessoas do País.

LEIA A REVISTA
E CONFIRA
OS NOSSOS
OUTROS CANAIS.

@fecomerciosp

@pbrevista

@pbrevista

@pb_revista

Deezer, Spotify e Soundcloud



8	Entrevista <u>ALEX HOCHULI: CRISES MUNDIAIS ESPELHAM ESTIGMAS NACIONAIS</u>
---	--

14	Economia <u>BAIXA EFICIÊNCIA PRODUTIVA DESESTIMULA EXPANSÃO</u>
----	--

22	Artigo <u>“DESAJUSTES DE UMA ELEIÇÃO APAIXONADA”, POR PAULO DELGADO</u>
----	--

23	Artigo <u>“IMPACTOS ELEITORAIS NA ECONOMIA”, POR ANTONIO LANZANA</u>
----	---

26	Site PB <u>GREENWASHING, POPULISMO E MAIS</u>
----	--

28	Economia <u>ACÚMULO DE DÍVIDAS REDUZ PODER DE CONSUMO FAMILIAR</u>
----	---

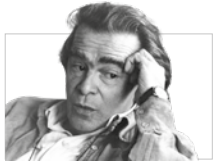
34	Ciência <u>“POTENCIAL DOS INSUMOS AMAZÔNICOS”, POR AGÊNCIA BORI</u>
----	--

36	Ciência Política <u>“NOVOS DILEMAS DA GOVERNABILIDADE”</u>
----	---

37	Ciência Política <u>“PRESIDÊNCIA ACIMA DOS PRESIDENTES”</u>
----	--

38	Sustentabilidade <u>OPORTUNIDADES DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA GLOBAL</u>
----	---

42	Cultura <u>PARENTESCO ENTRE FUTEBOL E MODERNISMO</u>
----	---



44	História <u>CENTENÁRIO DE DARCY RIBEIRO</u>
----	--

46	Brasileiros <u>DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES NO CENTRO DO DEBATE</u>
----	--



Condições para competir

O Brasil sofre de uma anemia de produtividade há 40 anos. É incômoda e, ao mesmo tempo, reveladora a constatação da reportagem de capa desta edição de PB.

Ao fim do dia, a barreira estrutural empaca o nosso crescimento, resultando em baixa eficiência produtiva do trabalhador brasileiro, que representa um terço do profissional europeu. Mais preocupante ainda é verificar que tal sintoma atinge praticamente todos os segmentos da economia. No setor de serviços, o maior empregador do País, a produção por hora trabalhada está praticamente estagnada há 26 anos: saiu de R\$ 33,50, em 1995, para R\$ 37, em 2021.

Problemas históricos na formação da mão de obra e o crescimento da informalidade (este último, acentuado no pós-pandemia) são fatores relacionados ao baixo rendimento – além, é claro, de antigos conhecidos do setor produtivo: complexidade tributária e infraestrutura deficiente. A reversão do cenário adverso passa por uma agenda de atualizações regulatórias e mudanças estruturais. Do contrário, estaremos fadados a continuar à margem das cadeias globais de valor.

A conjuntura não é apenas desafiadora para quem produz, mas também para quem consome. Os efeitos corrosivos da inflação generalizada têm pesado no bolso das pessoas: em agosto deste ano, 8 em cada 10 famílias estavam endividadadas, um recorde desde 2010. Nas páginas a seguir, avaliamos se este indicador sinaliza incapacidade de honrar as contas ou disposição financeira para novos compromissos.

A liderança nacional na transição energética global é outro assunto explorado neste número, considerando a ampla biodiversidade nacional. Por outro lado, da porta para dentro, o fato é que ainda convivemos com agruras que já deveriam ter sido sanadas por políticas públicas perenes, desprendidas de preferências ideológicas. Enquanto o mundo desenvolvido busca alternativas para acelerar a economia digital, ainda convivemos com desigualdade social extrema, burocracia crônica, déficit educacional e, agora, pasmem, insegurança alimentar.

É urgente superar o estado apático e voltar a competir em condições que façam jus à nossa vocação de protagonista global.

ABRAM SZAJMAN,
presidente da Federação
do Comércio de Bens,
Serviços e Turismo
do Estado de São
Paulo (FecomercioSP),
entidade gestora do
Sesc-SP e do Senac-SP



Foto: divulgação

A “BRASILIANIZAÇÃO” DO MUNDO

entrevista
VINÍCIUS MENDES

Quando o filósofo americano Francis Fukuyama decretou o “fim da história”, em um artigo publicado em 1989, defendia-se das críticas apontando para o contexto global da época: a União Soviética tinha acabado, o Muro de Berlim estava caindo e o mundo almejava por uma globalização, de fato, global. No Brasil, uma nova Constituição acabara de entrar em vigor. O País estava ansioso para adentrar em um momento no qual o capitalismo, enfim, reinaria absoluto. Mais de três décadas depois, a afirmação de Fukuyama não serve mais. Não porque ele errou – como a maioria dos críticos aponta –, mas porque aquele fim da história foi rompido pelas inseguranças e ameaças do mundo de hoje, com a diferença de que, agora, não há uma alternativa para polarizar com o sistema vigente, que prevalece “solitário” em sua fase neoliberal. O resultado é o que o escritor **ALEX HOCHULI** chamou, em artigo publicado no *American Affairs Journal*, de “O FIM DO FIM DA HISTÓRIA”, o que, para ele, tem a face de uma “brasilianização do mundo”. Em outras palavras, em qualquer lugar do planeta que se olhe, há uma face inequívoca de Brasil: desigualdade social, corrupção estrutural do Estado e uma elite que abandonou o povo à própria sorte. Brasileiro, filho de mãe chilena e pai suíço, criado na Bélgica e com formação universitária na Inglaterra, onde estudou Relações Internacionais, na London School of Economics (LSE), Hochuli se encontrou em São Paulo, onde vive desde 2016 – e conversou com a **PB**.

As características desta “brasilianização” do mundo não são exclusivamente brasileiras. Por que, então, o Brasil é o país que reflete melhor esta deterioração global?

É preciso pontuar, primeiro, o fim de um mundo moderno, de confrontação entre socialismo e capitalismo, que existiu entre 1848 e 1989. [O cientista político norte-americano] Francis Fukuyama chamou isso de “fim da história”. Até aquele momento, os países com alguma modernidade eram os que contavam com movimentos operários organizados, grupos socialistas e liberais, cujos conflitos entre si se materializavam em políticas universais e em disciplinamento das elites. O fim dela gerou uma modernidade peculiar.

Por quê?
Porque o capitalismo ficou só. É uma novidade histórica, que acabou com as pressões para que essas elites nacionais encabeçassem programas de modernização de suas sociedades. Ao contrário, o que aconteceu foi o aumento da desigualdade, como se vê nos Estados Unidos, por exemplo, onde não há mais investimentos de longo prazo. É uma economia estruturada só no curto prazo. Este “curtoterminismo” define todo o mundo contemporâneo e é a raiz da “brasilianização” – uma condição de atraso que, agora, se alastrou pelo globo.

Mas o que faz o Brasil ser um país tão particular no mundo?

O Brasil tem uma história particular. Primeiro, por ter sido a colônia que manteve a escravidão por mais tempo. Depois, por não ter tido a experiência de uma guerra revolucionária burguesa. No entanto, a particularidade é que este país sempre mirou o futuro sem jamais olhar para trás. O resultado disso é que, hoje, o Brasil despreza o seu passado sem ter uma noção do seu futuro. Isso é muito relevante se tratando da nação que sempre foi vista em termos das suas possibilidades de futuro. Desde o golpe militar, de 1964, pelo menos, o que há aqui é um presente eterno, em que se perde contato com o passado sem ter um horizonte pela frente. Esta sensação de ser moderno, mas não suficientemente moderno, tão brasileira, agora, é uma experiência do resto do mundo.

Isso também não é uma experiência de outros emergentes?

A Índia e a Turquia são exemplos interessantes. Em ambas as experiências, o que começou como modernização, lá atrás, terminou em frustração de boa parte das populações, excluídas dos projetos. Na verdade, em vez de incluir, partidos conservadores, nacionalistas e populistas capturaram as insatisfações cultural e política dos trabalhadores e dos pequenos burgueses para transformá-las no motor de suas guinadas políticas. O resultado destes processos é o mesmo: nada muda do ponto de vista da economia, mas estes movimentos conseguem transformar a percepção das pessoas sobre suas experiências sociais.

Foi o que aconteceu no Brasil?

Sim. O relevante é que, nestas sociedades, as esquerdas não têm mais horizonte de modernização, enquanto as direitas são simplesmente antimodernas.

O Brasil também se mundializa nesse processo de “brasilianizar” o mundo?

O Brasil recebeu muita influência norte-americana. A discussão atual sobre porte de armas, por exemplo, é totalmente importada dos Estados Unidos, assim como quando ouvimos aqui falar de “minoría ra-

“

O FIM DE
PERSPECTIVAS DE
MODERNIZAÇÃO E DE
DESENVOLVIMENTO,
A AMBIÇÃO DE
TER AS MESMAS
CONDIÇÕES DE
RENDA DE UM PAÍS
RICO, TUDO ISSO É
MUITO BRASILEIRO.



Foto: divulgação

cial” – que, no nosso caso, são justamente os brancos, não os negros.

Neste sentido, o bolsonarismo, como fenômeno social, é o Brasil se mundializando ou o Brasil “brasilianizando” o mundo?

Na eleição de 2018, eu enfatizava que Jair Bolsonaro não era um “Donald Trump brasileiro”. Meu argumento era que Trump e até, de alguma forma, a [candidata derrotada à presidência da França nas eleições deste ano] Marine Le Pen eram expressões de rebeldia contra o neoliberalismo que politizavam suas sociedades, enquanto Bolsonaro representava mais uma ligação com o passado, na sua recuperação da narrativa militar. Contudo, a falta de resistência ao seu governo acabou impedindo que ele tivesse matéria-prima para realizar uma tomada mais autoritária e violenta do poder. Foi por isso que ele se voltou para a criação de guerras culturais, parecendo-se, aí, sim, com a presidência de Trump. Mas todos estes movimentos à direita não tocam nos fundamentos econômicos. É por isso que a Hungria do [presidente húngaro] Viktor Orbán, ao mesmo tempo que é uma manifestação desse pensamento, segue sendo uma fábrica de automóveis da Alemanha.

A “brasilianização” é um fenômeno do sul global também?

É uma pergunta interessante. A resposta é não, porque muitos países do Sul estão em situação pior. Esta é uma crítica que fizera ao meu artigo, apontando que sociedades caribenhas ficariam muito felizes em se assemelharem ao Brasil. O mesmo ocorre com Laos ou Bangladesh, países onde não se pode falar em uma “brasilianização”, justamente porque, ali, não há sequer o retrocesso que o fenômeno suscita. É que o fim de perspectivas de modernização e de desenvolvimento, a

“
Esta sensação de
ser moderno, mas
não suficientemente
moderno, tão
brasileira, agora, é
uma experiência do
resto do mundo.

ambição de ter as mesmas condições de renda de um país rico, tudo isso é muito brasileiro. É um fato, porém, que não apenas o Brasil – mas, também, o mundo – enfrentou: a questão do fim da modernização.

Há outras “brasilianizações” ocorrendo no mundo? O modelo de integração que o Brasil representa é uma resposta possível. Depois de uma geração, todo mundo é brasileiro. Não tem esta coisa de “italo-brasileiro” ou “franco-brasileiro”. A ideia de um brasileiro universal não só deve ser mantida como precisa se espalhar pelo mundo. Isto é, que um tunisiano vá para a França e seja respeitado e aceito como um francês, e que a sua geração seguinte já seja apenas francesa. Ao fazer isso, muda-se o sentido do que é ser francês. Isso não acontece lá, mas acontece aqui.

Vanguardas culturais brasileiras, como o tropicalismo, anunciaram uma “brasilianização” em que o Brasil salvaria o mundo. Qual é sua percepção sobre isso? Se o fim da história foi também o fim das utopias, eu acho que o que ainda existe deve ser alimentado. O Brasil sempre foi uma usina de utopias diferentes das europeias. Vejo, por outro lado, que algumas delas se materializaram em outros termos, como a construção de Brasília, que foi um símbolo para o mundo, mas se tornou exemplo de uma modernização autoritária. O País sempre teve certa sensibilidade à questão da inclusão popular

em seu modernismo. Quando visitei o Masp, fiz esta reflexão: se o museu fosse construído hoje, jamais teria aquele vão aberto. Ao contrário, seria um prédio cercado, fazendo jus ao pensamento atual da elite brasileira. Esta ideia de encontros diversos e aleatórios, possíveis quando há espaços compartilhados, é o que faz o Brasil ser um lugar ainda gostoso para se viver no mundo – mesmo com a explosão da violência nas cidades, que tirou muita gente do espaço público.

A base da “brasilianização” é a ideia de que vivemos o “fim do fim da história”. O que isso significa? Fukuyama foi mal interpretado. Ele não disse que as histórias acabariam, no sentido de que não teríamos mais narrativas diferentes, mas observou que estava surgindo um mundo que não criaria alternativas à democracia liberal. Não era um argumento eufórico. Na verdade, Fukuyama até lamentava, porque via que, a partir dali, não haveria mais grandes transformações. Mesmo defendendo a democracia, percebia que nos acostumaríamos a um mundo condenado a este futuro “confortável”. O que aconteceu, porém, é que não há mais conforto, mas muitas turbulências. A própria democracia liberal não representa mais o futuro, também envolta em retrocessos.

E por que é o fim do fim da história, e não o recomeço de uma nova história? Porque esse fim da história não foi derrotado por um outro momento, em que uma nova força social fosse capaz de carregar essa história nas costas. Antigamente, o comunismo era a representação desta ideia, isto é, de que havia uma outra forma de tentar fazer o mundo melhor além do capitalismo. O que emergiu até aqui foram reacionarismos, que não servem de exemplo para o mundo. É tudo só dissolução, fracasso de um mundo estático e preso em um presente eterno. O dilema é que momento turbulento também abre uma brecha, e é importante se abrir a ela, de for-

ma a não tentar voltar a um passado supostamente confortável.

Qual é o lugar do Brasil no fim do fim da história? O fim do fim da história é uma tendência universal que convive com manifestações modificadas dependendo do lugar. No Brasil, é uma brecha que se expressa nas contradições da Nova República. A Constituição de 1988 trouxe avanços, mas, ao mesmo tempo, sustenta velhas formas de poder – dos militares, principalmente. Estas contradições são mais nítidas hoje. Se deve ser defendida nestas eleições, é importante que, depois, se pense em uma “nova Nova República”, porque esta não funciona mais.

&

UM BRASIL é uma plataforma multimídia composta por entrevistas, debates e documentários com nomes dos meios acadêmico, intelectual e empresarial. O conteúdo destes encontros aborda questões importantes sobre os quadros econômico, político e social do Brasil.

OUÇA A ENTREVISTA NA ÍNTEGRA POR MEIO DESTA CÓDIGO QR





FAZER MAIS GASTANDO MENOS

A capacidade de um país elevar a sua qualidade de vida, ao longo de um período, depende quase inteiramente da sua capacidade de aumentar a produção por trabalhador. A frase, dita em 1994 por Paul Krugman, vencedor do Nobel de Economia em 2008, nunca esteve tão atual.

A discussão tem ganhado relevância, com especialistas considerando que o crescimento econômico e o aumento da renda per capita do Brasil dependem da elevação da produtividade.

texto GILMARA SANTOS

O fato é que a baixa eficiência na produção tem sido uma barreira para a expansão da economia nacional há décadas e vem se agravado nos últimos anos, conforme dados do Observatório da Produtividade Regis Bonelli, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

Para se ter uma ideia, entre 1981 e 2021, enquanto a renda per capita cresceu 0,8% ao ano (a.a.), a produtividade, por hora trabalhada, avançou 0,6%. A expansão só não foi menor porque, durante a pandemia, a produtividade por horas efetivamente trabalhadas apresentou alta de 12%. O home office contribuiu para a elevação. Isso, porque, cumprindo o expediente em casa, o funcionário não perde tempo com deslocamento e costuma trabalhar mais horas. Além disso, a pandemia atingiu, em especial, a economia informal, considerada menos produtiva. O mercado formal, que conta com trabalhadores mais qualificados e, portanto, mais produtivos, acabou tendo maior participação no Produto Interno Bruto (PIB). Desta forma, mesmo com a retração econômica, a geração de renda por trabalhador e por hora trabalhada aumentou.

A alta, no entanto, foi temporária: desde o ano passado, registra-se queda no indicador, com a tendência de piorar. “O Brasil sofre de uma anemia de produtividade nos últimos 40 anos. A economia até cresceu em um bom ritmo, mas amparada por outros fatores, como preços das commodities e incorporação de pessoas no mercado laboral”, diz Otaviano Canuto, ex-vice-presidente do Banco Mundial e membro sênior do Policy Center for the New South.

De um modo geral, todos os setores da economia brasileira têm baixa produtividade. Dados do FGV Ibre mostram que só o agronegócio apresentou crescimento robusto, entre 1995 e 2021 [veja o gráfico “Produtividade por horas trabalhadas” na pág. 18]. Em 2021, um funcionário da agropecuária produzia R\$ 18,60 por hora laboral. Em 1995, eram R\$ 4,30. Já a produtividade da indústria caiu de R\$ 38,80 para R\$ 36,60, no mesmo período. Por outro lado, ficou estagnada no setor de serviços – o maior empregador do País e responsável por cerca de 70% das horas trabalhadas –, saindo de R\$ 33,50, em 1995, para R\$ 37, no ano passado.

SEM CONDIÇÕES DE COMPETIR

A baixa produtividade no Brasil o coloca em desvantagem competitiva com o restante do mundo. De acordo com dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), na década de 1980, o trabalhador brasileiro tinha 46,1% do rendimento de um norte-americano. Em 2021, último dado disponível, este patamar foi de 25,5%. Na comparação com um profissional da Europa, a produtividade do trabalhador brasileiro representa um terço.

A baixa eficácia está diretamente ligada à competitividade das empresas brasileiras e, consequentemente, à perda de participação da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil e no exterior.

RETRATO GLOBAL

Durante o momento mais crítico da crise sanitária, o mundo inteiro viu a produtividade média aumentar. Entretanto, com o fim do isolamento social, a eficiência no trabalho voltou aos níveis pré-pandemia. Após um crescimento de 4,5%, em 2020, a produtividade por hora trabalhada mundial ficou estagnada, em 2021. Dois anos atrás, as economias emergentes apontaram um aumento de 6% no indicador, ao passo que o crescimento das economias avançadas foi de apenas 1,3%. Ano passado, este padrão se inverteu, com melhor desempenho das economias avançadas (alta de 1,4%) em comparação com as emergentes (0,2%).

Os dados são do Conference Board, *benchmark* internacional em análises de produtividade, que divulgou, no primeiro semestre deste ano, a versão mais recente do Total Economy Database, uma base de dados anual com informações sobre produtividade de diversos países. No Brasil, os dados são compilados pelo Observatório da Produtividade do Ibre, da FGV.

Em 2021, a produtividade da China apresentou crescimento de 4%, enquanto a do Brasil sofreu queda de 8,1%. No ano anterior, os chineses registraram um crescimento de produtividade de 5,6%, e o Brasil, de 11,9%. Este salto momentâneo ocorreu porque, em 2020, as atividades com maior nível de rendimento, como a indústria de transformação e os serviços financeiros, foram menos afetadas, enquanto as menos produtivas, como hospedagem e alimentação, foram fortemente atingidas. Na média da América Latina, houve redução de 6,8% em 2021, após elevação de 8,3%, em 2020.

Os Estados Unidos, por sua vez, apontaram uma alta de 1,3 ponto percentual (p.p.), dois anos atrás. Com a recuperação dos setores menos produtivos, o país subtraiu 0,6 p.p. do crescimento da produtividade, no ano seguinte.

De acordo com o professor José Pastore, presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho (CERT) da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), os indicadores de produtividade medidos durante o período pandêmico devem ser observados com cautela. “Uma coisa é medir o rendimento feito pelo próprio funcionário, outra, pelo trabalho realizado, quantificando a produção”, afirma o professor, ao destacar que a produtividade no teletrabalho tende a ser mais baixa do que no presencial, mas com mais horas de produção.

8,1%
foi a produtividade
do Brasil em 2021

A América Latina
registrou queda de

6,8%
no mesmo ano

A expectativa para 2022
é de uma **redução** de

2,3%
na produtividade brasileira;
enquanto as economias avançadas
terão decréscimo de

0,2%

Fonte: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Até 2014, o País estava entre os dez mais industrializados do mundo, mas começou a perder participação em comparação a outras economias. Com isso, em 2020, já ocupava a 14ª posição, conforme conta Samantha Cunha, gerente de Política Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A desindustrialização acelerada tem a ver com a baixa produtividade e os elevados custos para operar por aqui, comprometendo a possibilidade de o País integrar as cadeias globais de suprimentos, especialmente num momento em que Estados Unidos e Europa procuram novos fornecedores para tentar driblar a falta de insumos. Por exemplo, uma empresa brasileira de médio porte despende cerca de 1,5 mil horas por ano em procedimentos de pagamento de impostos, contra as 317 horas nos países da América Latina ou as 159 horas das nações da OCDE.

MOTIVOS DA BAIXA EFICIÊNCIA

Um conjunto de fatores explica o motivo da baixa produtividade no Brasil. O principal deles é a educação, marcada pela

baixa qualificação do trabalhador. Além da escolaridade, a qualidade ruim dos postos de trabalho e a informalidade também contribuem para a estagnação do rendimento ao longo das décadas. Apesar de o País ter conquistado a universalização da educação primária e a expansão da secundária, a qualidade do ensino ainda é inferior à de outros países, o que afeta, em cheio, o benefício da produção.

“A evolução do trabalho, no Brasil, é muito baixa. Apesar da expansão da escolaridade desde a década de 1990, a produtividade não cresceu, diferentemente de outros países, como a China, onde a elevação da escolaridade contribuiu para um aumento significativo da produtividade”, comenta Fernando de Holanda Barbosa Filho, pesquisador sênior da área de Economia Aplicada do FGV Ibre.

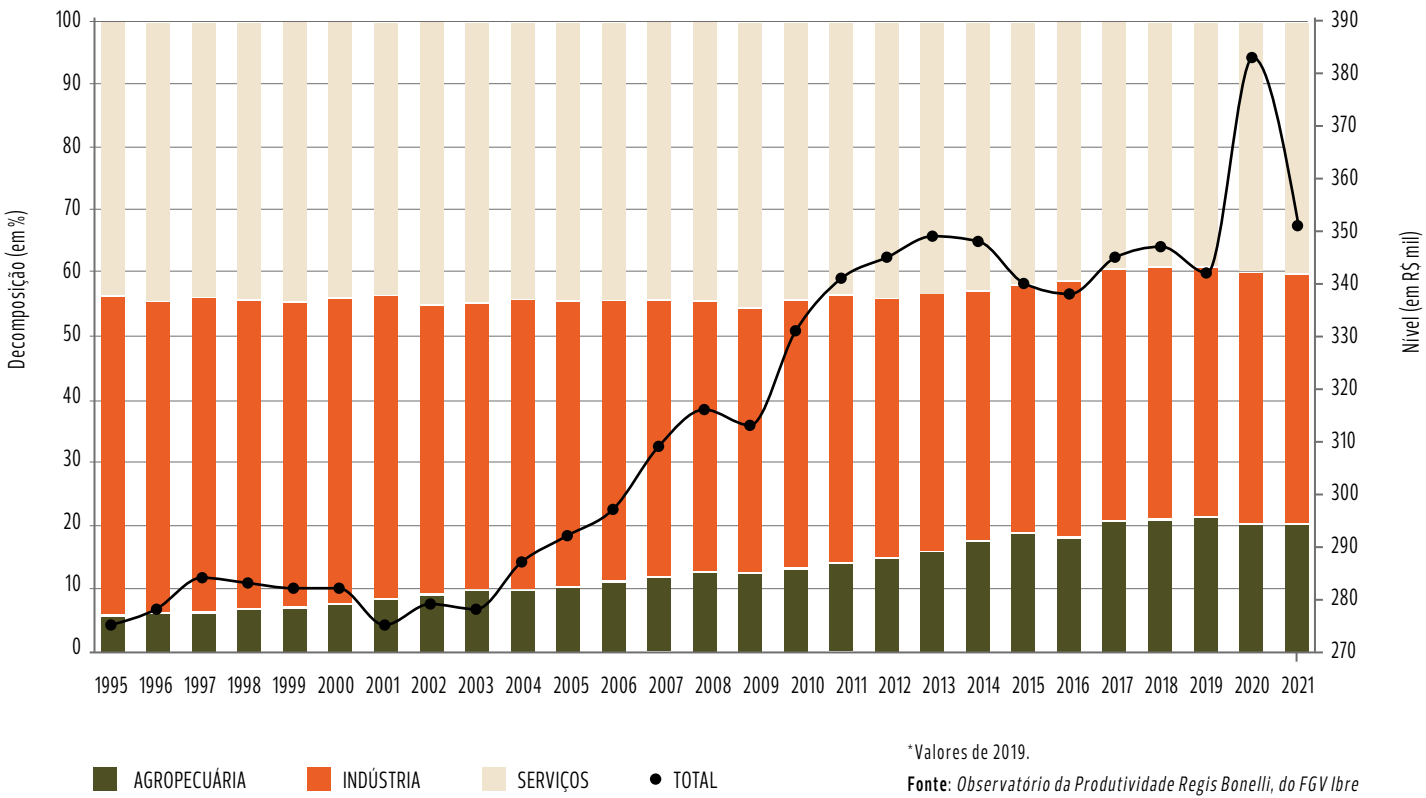
Além disso, precisamos vencer as barreiras no ambiente de negócios, sem o Custo Brasil pesando na produtividade. É comum o setor empresarial sofrer com burocracia, lentidão da Justiça, mudanças regulatórias frequentes, questões tribu-



“O BRASIL SOFRE DE UMA ANEMIA DE PRODUTIVIDADE NOS ÚLTIMOS 40 ANOS. A ECONOMIA ATÉ CRESCER EM UM BOM RITMO, MAS AMPARADA POR OUTROS FATORES.”

OTAVIANO CANUTO, ex-vice-presidente do Banco Mundial e membro sênior do Policy Center for the New South

PRODUTIVIDADE POR HORAS TRABALHADAS POR SETOR EM R\$*



tárias, estrutura fiscal complexa e insegurança jurídica. “Melhoramos em alguns pontos do ambiente de negócios, na burocracia do comércio exterior, por exemplo, entre outros fatores, mas, muitas vezes, estamos tão atrás que essas melhorias não são suficientes”, considera Samantha, da CNI.

Ela ainda cita um estudo realizado pela entidade que mostra que o rendimento do trabalho na indústria de transformação brasileira caiu 1,5% no primeiro trimestre deste ano, na comparação com o último trimestre de 2021. O dado é medido pelo volume produzido dividido pelas horas trabalhadas na produção. É o sexto trimestre consecutivo de queda do indicador, que atingiu o nível mais baixo da série desde o terceiro trimestre de 2012. A perda acumulada de produtividade chega a 10%, na comparação com o terceiro trimestre de 2020, última alta registrada pelo índice, afastando-se ainda mais do nível anterior à crise da covid-19.

Não bastassem todos estes empecilhos, o setor produtivo do País ainda tem de lidar com a precariedade da infraestrutura. Otaviano Canuto, ex-vice-presidente do Banco Mundial, destaca ainda o fechamento comercial da economia brasileira, não só por barreiras tarifárias, mas

também porque é complicado e custoso para as empresas nacionais terem relações com companhias do exterior. São entraves estruturais que se agravaram com as renúncias tributárias e o descompasso fiscal, que inibem investimentos. Especialistas consideram que o crescimento sustentado da produtividade depende da superação das ineficiências estruturais do Brasil, como o baixo investimento em pesquisa e desenvolvimento. Izis Ferreira, economista da Confederação Nacional do Comércio (CNC), salienta o custo de empregar no mercado formal, além da legislação trabalhista, que também explicaria muito da nossa baixa produtividade.

Há quem diga que a baixa produtividade brasileira está ligada à nossa cultura. O cafezinho durante o expediente e as emendas de feriados são alguns pontos elencados como danosos para a eficiência da produção. Quem entende do assunto, no entanto, discorda desta avaliação, comparando a realidade laboral nacional com a de europeus. “Não sei se a questão cultural é um fator matematicamente comprovado e se pesa ou não. Acho que existe uma visão anedótica de que aqui é assim, mas tem países na Europa que trabalham duas ou três horas a menos por dia e são mais produtivos”, considera Pastore.

RESOLUÇÃO “DA PORTA PARA DENTRO”

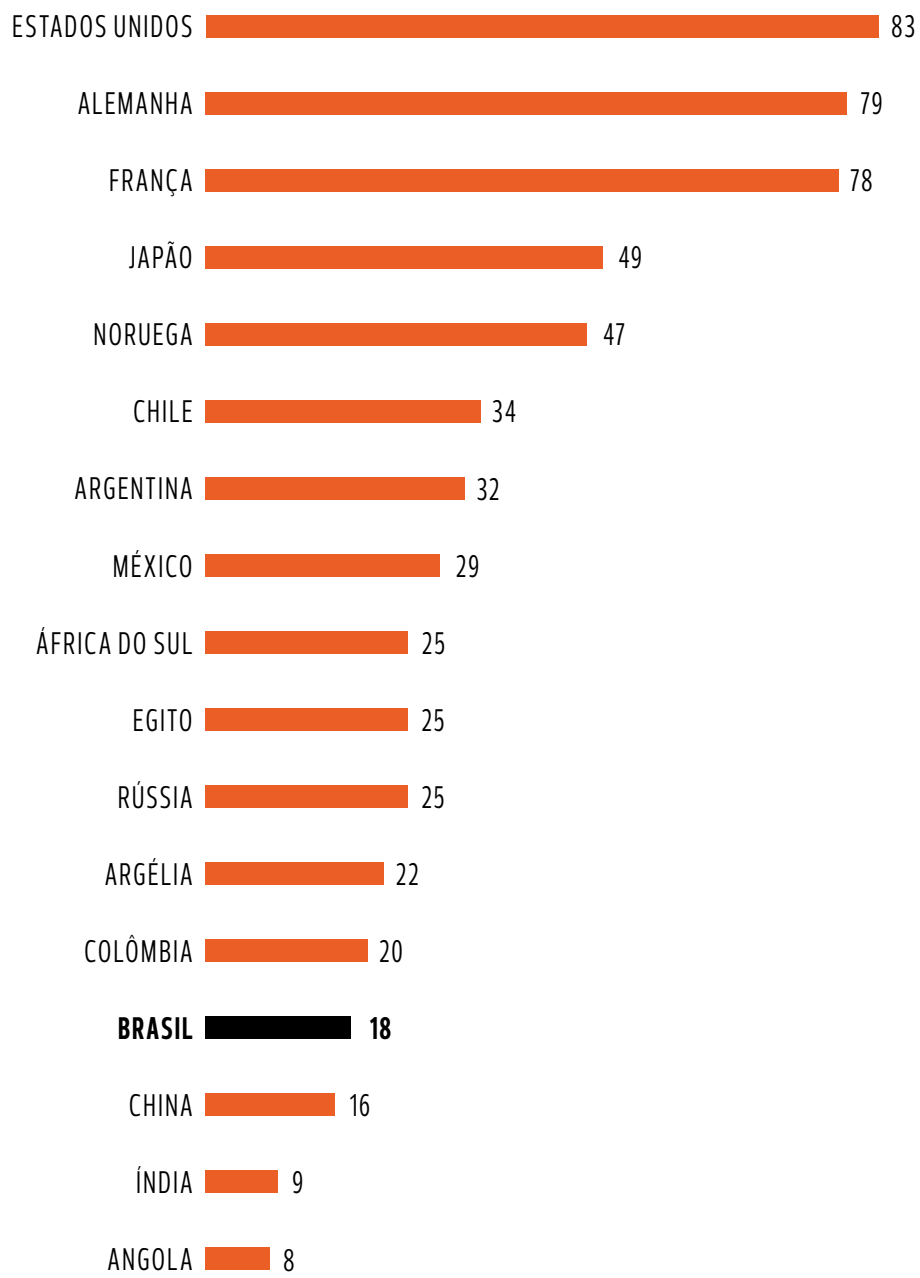
Diante de todo o cenário, o setor empresarial tenta driblar os obstáculos para ampliar a eficiência dos trabalhadores. Alguns segmentos estão mostrando que dá para fazer melhor, dentre eles, o do agronegócio – que procura superar entraves na logística e na infraestrutura por meio de investimentos em tecnologia e qualificação –, o de energia e o aeronáutico, que conta com a Embraer para concorrer com outras grandes empresas mundiais, conforme cita Pastore.

A Beckhauser, por exemplo, conseguiu aumentar o rendimento com a adoção de medidas relativamente simples. Fabricante de equipamentos para manejo de bovinos em fazendas e frigoríficos, a empresa participou de um programa do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) focado em produtividade. A consultoria é baseada no sistema Lean Manufacturing, uma filosofia de gestão oriunda do Sistema Toyota de Produção, cuja premissa é a redução dos desperdícios.

A empresa optou, num primeiro momento, por aplicar a consultoria numa linha de produtos de solda. Além de um consultor do Senai, o projeto contou com a participação de um profissional que atua no dia a dia da área e mais duas

PRODUTIVIDADE DO TRABALHO EM 2022 POR HORA TRABALHADA

Em dólares (valores de 2021)



1.500 HORAS
é quanto empresas de médio
porte gastam por ano para
pagar impostos no Brasil

Na América Latina,
a média é de

317
HORAS

Nos países da OCDE,

159
HORAS

Fonte: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento
Económico (OCDE) e Organização Internacional do Trabalho (OIT)

peessoas de outros departamentos, para trazer um olhar de fora. “A equipe vira dona do projeto. São apresentadas as alternativas possíveis com pouco recurso, além da medição de um resultado efetivo de forma muito rápida”, comenta Mariana Soletti Beckheuser, presidente da companhia.

Juntos, os profissionais identificaram, por exemplo, que havia perda de tempo com muita movimentação para buscar gabaritos, os quais estavam distantes do local onde precisavam ser usados. Pequenas mudanças no processo de produção garantiram que os trabalhadores, que, antes, gastavam mais de uma hora, passassem a fazer o mesmo processo em 25 minutos. E a separação das peças, que levava uma hora e 34 minutos, agora, demanda apenas 18 minutos.

A companhia acabou atingindo um aumento de 33%, superando a meta do Senai, de 20%. Garantiu, ainda, a redução de tempo total no departamento de 29%. O retorno do investimento do programa foi de 18 dias, com a redução de custo mensal chegando a R\$ 3,8 mil.

O resultado estimulou a empresa a desenvolver uma nova consultoria em outro departamento – desta vez, sem apoio externo. Pessoas que participaram da mentoria anterior se uniram ao departamento escolhido para pôr em prática os aprendizados. A própria equipe analisa os processos, identifica os gargalos e aplica medidas imediatas. “O objetivo é mexer com as pessoas, fazer o time parar para pensar no que está fazendo”, explica Mariana, ao destacar que estas ações não dependeram de altos investimentos.

Ainda na tentativa de ampliar a eficiência produtiva, em 2020, a Beckheuser investiu cerca de R\$ 12 milhões na inauguração de uma nova planta industrial. De acordo com a executiva, o aporte foi feito também pensando na produtividade, no aumento de volume de produção e na otimização de custos, permitindo o retorno do investimento já no primeiro ano. Além disso, o faturamento aumentou em torno de 50% e, em oito meses, dobrou a produção mensal. Só de oti-

mização de custo de mão de obra, a companhia conseguiu ganhar 15%.

A Vida Veg, uma foodtech de produtos veganos, apostou na automação da linha de envase para reduzir falhas operacionais e aumentar a escala, saindo de 200 potes, por hora, para fazer 2 mil. Antes, a companhia encaixotava todo os seus produtos, o que demandava muito tempo e uso de mão de obra. Há cerca de um ano, a empresa instalou uma máquina que enfarda os produtos automaticamente, aumentando a produtividade em até três vezes.

“Automação é importante, mas deve ser feita no momento certo. A definição de quando fazer a alocação do recurso requer cautela e estudos, já que, no Brasil, esse processo custa muito caro”, recomenda Álvaro Gazolla, fundador da Vida Veg. Uma preocupação quanto à automatização é com os empregos. Gazolla garante que não tira vagas de trabalho e acaba incentivando o colaborador a desenvolver novas habilidades profissionais.

PROJEÇÕES

Para 2022, o Conference Board prevê que a produtividade mundial continue estagnada, com queda nas economias avançadas (-0,2%) e pequena elevação nas emergentes (0,2%). Para o Brasil, a previsão é de queda de 2,3%, refletindo a combinação de baixo crescimento do PIB e forte recuperação das horas laboradas.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) ressaltou, em junho deste ano, a necessidade de formular estratégias efetivas para aumentar a eficiência do trabalho na América Latina, diante da evidência de um persistente atraso regional, comprometendo as possibilidades de encontrar o rumo de um futuro laboral com crescimento sustentável e mais (e melhores) empregos.

Por parte do Poder Público, se a pandemia reposicionou o papel do Estado no socorro aos setores mais atingidos, o caminho, agora, é equilibrar o déficit público com reformas e a criação de métodos modernos de contratação. Um processo contínuo de melhoria na qualidade da educação e na qualificação profissional seria, na avaliação de Pastore, o pontapé inicial para o Brasil. É fundamental ainda o investimento em inovação, já que a digitalização dos processos produtivos veio para ficar.

&

DESAJUSTES DE UMA ELEIÇÃO APAIXONADA

Com um índice de renovação na Câmara de menos de 40% (39,38%), 20 senadores de primeiro mandato, derrota (ou desistência) de políticos tradicionais e experientes, partidos políticos a menos e clara tendência conservadora, a eleição para o Congresso Nacional é o espelho de um momento no qual o eleitor foi às urnas modificado pelas redes sociais e seu sistema próprio de comunicação. A opinião, que já foi rainha do mundo, graças à internet, tornou-se escrava da versão.

Pecados, farsas, pedras, telhados de vidro, enfim, ninguém jogou limpo, todos vigiados por pesquisas de opinião semanais que encurralaram a vontade do País em uma avenida de duas mãos, desde o início. Sem serenidade e muita desarmonia, foi uma campanha de públicos, interesses setoriais, em que prometer renda foi mais importante do que garantir escolaridade. Campanha de conceitos confusos, pelos quais a pauta identitária percorreu em todas as bancadas, incluiu porte de armas e ser evangélico – e tanto servia para arregimentar como para fragmentar votos. Ser “direita nos costumes” permitiu liberar a consciência para ser estatista na economia. Isto é, os anti-identitários, na economia, se parecem com os identitários.

Sem qualquer interesse geopolítico, a eleição transcorreu como se fôssemos uma ilha. As cições políticas e a crise mundial (e sua influência na situação econômica nacional) não foram

determinantes para produzir a escolha de votar em deputado ou senador. Perderam-se as ideias liberais, a reforma do Estado, a modernização da gestão pública. Aumentou-se o número dos brasileiros que não sabem “nadar” sem ajuda do governo. Agravou-se a realidade de ser um país de desigualdades que precisa de assistência social e, por isso, sempre é capturado por políticas sociais improvisadas e eleitoreiras.

Uma composição parlamentar volátil de centro-direita – partidos mudam de lado, governo a governo – permite ao próximo presidente, seja Bolsonaro, seja Lula, navegar entre as contradições e formar a maioria necessária à aprovação dos seus projetos. Reeleito, Bolsonaro poderá se sentir mais confortável, porém, ao preço de ficar mais dependente ainda do Congresso. Eleito, Lula terá de negociar a maioria até dezembro, para tomar posse vislumbrando estabilidade e previsibilidade para projetos. São Paulo virou a chave para definir o vencedor da eleição. Pelo desequilíbrio apurado entre interior e capital, em favor de Bolsonaro, a decisão paulista pode fazer a diferença no segundo turno e redefinir o resultado nacional.

O presidente eleito encontrará o Brasil em um cenário político-econômico engessado, de realidade institucional pré-moldada. Um modelo que não gera mais confiança e energia. Tudo continuará “a passo de tartaruga” mesmo após ter acabado a eleição. Não é necessário inventar muito argumento sob o custo futuro de um novo governo Lula ou a reeleição de Bolsonaro. O Brasil é um país de albergados, e a demanda por assistencialismo é uma rotina que influencia as eleições sob qualquer viés ideológico. O eleitor não se envergonha de precisar de ajuda, revela gratidão em troca de voto, exigindo dos candidatos mais benefícios monetários diretos do que emprego, educação, saúde ou respeito às leis.

Esta é uma eleição clássica em que os menos interessados pela política decidem o resultado. O eleitor minoritário é silencioso, subnotificado, indiferente à opinião pública. Pesquisas sofrem para entender este indivíduo, aparentemente omisso e não apressado. E com dois sistemas de voto – o obrigatório e o facultativo –, a eleição teve a própria retórica: a certeza da incerteza.

&

Impactos eleitorais na economia

Aspectos importantes podem ser destacados a respeito da influência do cenário político na decisão dos agentes econômicos.

Um primeiro ponto que chama a atenção é o comportamento dos mercados nos dias que antecederam as eleições. Houve pouca volatilidade, principalmente na comparação com pleitos anteriores para presidente. De um lado, câmbio, juros e Bolsa parecem ter sofrido mais interferência dos mercados externos; de outro, o quadro sucessório apresentou poucas alterações ao longo dos últimos meses. Não se pode negar que havia incertezas quanto aos dois principais candidatos à Presidência. Considerando, porém, que o comportamento futuro do mercado reflete uma média de expectativas (favoráveis e desfavoráveis) – e estas não se alteraram –, os mercados ficaram menos voláteis.

Sem definição da sucessão presidencial no primeiro turno e a ausência de propostas claras dos dois candidatos, em princípio, o cenário econômico não deveria se alterar. Contudo, alterou-se, porque a eleição de um Congresso predominantemente conservador afasta a possibilidade de adoção de propostas radicais. Este cenário impactou positivamente a evolução da taxa de câmbio e da Bolsa de Valores, no início de outubro.

Embora a política econômica do governo atual seja identificável no perfil do ministro da Economia (com ênfase em privatizações e reponsabilidade fiscal), não se pode dizer o mesmo em relação ao candidato de oposição, que adotou políticas econômicas distintas em seus dois mandatos. No primeiro, procurou manter as diretrizes do governo FHC (câmbio flutuante, geração de superávits primários e metas de

inflação), apesar de ter afirmado que recebera uma “herança maldita”. No segundo mandato, a política econômica foi completamente diferente (com mais intervencionismo, ênfase exclusiva ao lado da demanda, crescimento artificial em 2010 e expansão de gastos públicos), o que, depois, foi aprofundado pela desastrosa “matriz econômica” do governo Dilma.

Além disso, há grande divergência entre a visão dos economistas do PT e economistas ligados a outros segmentos próximos a Lula, como o ex-ministro Henrique Meirelles e os assessores de Geraldo Alckmin. Essas divergências ocorrem quanto ao papel do Estado, à situação fiscal e, principalmente, acerca de controle dos gastos públicos, remuneração de servidores, papel do Banco Central (Bacen) e preço de combustíveis.

Independentemente, porém, do resultado da eleição presidencial, o “espaço” de manobra para mudanças radicais de política econômica ficou inviabilizado pelo conservadorismo do novo Congresso.

Olhando para a frente, sabe-se que o presidente eleito vai se defrontar com importantes desafios já em 2023, a começar pelo cenário internacional desfavorável, diante de elevada inflação, alta dos juros internacionais e desaceleração ou, até mesmo, recessão da economia mundial, com consequentes reflexos negativos nos preços das commodities. Internamente, a questão fiscal será, sem dúvida, prioridade. Sabe-se que a política econômica tem de ser flexível para enfrentar diferentes cenários. Fica difícil imaginar crescimento mais favorável em 2023 frente a este quadro.

Além disso, é imprescindível aumentar o potencial de crescimento do País, que, nos últimos dez anos, cresceu 0,2% ao ano (a.a.), o que significa redução da renda per capita e empobrecimento médio da população. Será necessário aumentar os investimentos e acelerar os ganhos de produtividade.

&



ANTONIO LANZANA
é copresidente do
Conselho de Economia
Empresarial e Política
da FecomercioSP
(CEEP) e professor
na Universidade de
São Paulo (USP) e na
Fundação Dom Cabral.



PAULO DELGADO
é sociólogo e
copresidente do
Conselho de Economia
Empresarial e
Política (CEEP)
da FecomercioSP.

Finalmente, uma série que você pode maratona enquanto estuda!

O Canal **UM BRASIL**, em parceria com a **BRASA** e a **Revista Problemas Brasileiros**, reuniu estudantes, jovens lideranças, especialistas e empreendedores no evento **BRASA em Casa: (Res)significando Impacto Nacional** para analisar e discutir o comprometimento com o País e, o mais importante, empoderar agentes de impacto.

Deste encontro, nasceu **uma série de sete entrevistas inéditas!**

QUER COMEÇAR A MARATONAR AGORA MESMO?



UM BRASIL + REVISTA PB

UMBRASIL.COM

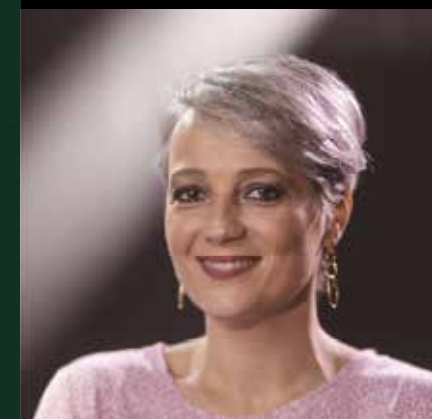
QUESTÕES DE VERDADE



@canalumbrasil

UMA REALIZAÇÃO

FECOMERCIOSP



DANIELA CACHICH
presidente de
Future Beverages
na Ambev



VINICIUS MÜLLER
professor de
História Econômica
no Insper



LAURA YAWANAWÁ
líder iauanauá
na Amazônia



MARCOS MENDES
economista e
pesquisador
associado no Insper



MÔNICA MARCONDES
executive IB no
Banco Santander



RENATO MEIRELLES
presidente
do Instituto
Locomotiva



ANA BEATRIZ GARCIA
diretora de Operações do
Instituto de Tecnologia
e Liderança (Inteli)



JOÃO HENRIQUE VOGEL
empreendedor em
saúde e tecnologia



Entendendo o populismo

Termo particular no vocabulário da ciência política para abarcar uma filosofia de atuação associada a governantes da América Latina ao longo do século 20, no Brasil, o conceito remonta historicamente ao período entre 1930 e 1964. Desde então, porém, esta característica surge como herança espelhada em diferentes mandatos e práticas de propaganda ideológica. Mas o que o getulismo tem em comum com o peronismo (Argentina) e o cardenismo (México)? E quanto a Lula e Bolsonaro? Eles são, também, populistas? Estas e outras perguntas conduzem uma matéria disponível na nossa página. Além de resgatar os considerados populistas mais famosos, trazemos a discussão para a atualidade.



Boas práticas, só de fachada

Na esteira da tendência ESG, tornou-se comum no mercado a exibição de rótulos que descrevam produtos como “amigos da natureza” e companhias ávidas por anunciar ações próprias que considerem sustentáveis. Em muitos casos, porém, o marketing segue falando mais alto do que a atuação das companhias – o que se convencionou chamar de *greenwashing*, uma “maquiagem verde” que não corresponde à realidade. O tema é assunto de reportagem no site da **PB**.

GENIALIDADE ATEMPORAL

O ano de 1942 pode ser considerado um marco na música brasileira. Foi quando nasceram Caetano Veloso, Gilberto Gil, Milton Nascimento e Paulinho da Viola. Em reverência a estes gigantes da nossa cultura, que completam 80 anos em 2022, publicamos um artigo especial sobre a trajetória e o legado destes artistas para a cultura popular nacional. Com estilos próprios, os aniversariantes nunca se afastaram dos palcos nem dos estúdios, criando uma obra que serviu de trilha para diferentes realidades do País. Canções que revolucionaram o passado e seguem em linha com o espírito do tempo.

Produtividade digitalizada

Em entrevista ao podcast da **PB**, Gabriel Lima, fundador e coCEO da Tractian, uma startup especializada em manutenção preditiva de maquinários, explica como a Inteligência Artificial (IA) pode melhorar a produtividade da indústria. O bate-papo integra a série de podcasts gravados durante a conferência BRASA em Casa, evento que também contou com as presenças do professor Eduardo Valladares; de Gilson Rodrigues, presidente do G10 Favelas; e de Renato Meirelles, do Locomotiva Instituto de Pesquisa.

Ilustração Maria Fernanda Gama



ENDIVIDAMENTO: UM INDICADOR EM DEBATE

“É difícil voltar ao padrão anterior”, confessa, resignado, Mateus Catena, de 29 anos, enquanto recorda o momento financeiro que ele e sua esposa, Nathália Sanchez, viviam até fevereiro de 2020, mês do registro do primeiro caso de covid-19 no Brasil. Até ali, a renda mensal, em torno de R\$ 3 mil – que ambos tiravam de um pequeno negócio de produção de eventos em Goiânia (GO) –, permitia não só pagar todas as contas como, ainda, guardar um pouco de dinheiro para a festa de casamento dos dois.

texto VINÍCIUS MENDES



No entanto, quando a crise sanitária se instalou no País, e os governos reagiram com medidas de restrição de circulação social, o setor de eventos foi, de longe, um dos mais atingidos. “Fazíamos cerca de 30 formaturas em um intervalo de três meses. Era absurdo. Daí, com a pandemia, ficávamos em casa olhando um para a cara do outro nos fins de semana”, conta Catena.

Os efeitos financeiros também não demoraram a chegar. Para superá-los, primeiro, o casal resolveu abrir um negócio em outro ramo – uma fábrica pequena de pães de queijo congelados, que, após dois meses “no azul”, entrou em declínio, por causa da inflação descontrolada dos alimentos. Depois, eles precisaram usar todas as economias, cerca de R\$ 12 mil, para saldar as dívidas do empreendimento e, ainda, manter as contas pessoais em dia. Deu certo por pouquíssimo tempo. “Logo o dinheiro acabou, e precisamos recorrer ao cartão de crédito. Quando percebemos, já não estávamos conseguindo pagar a fatura inteira”, relata o pequeno empresário.

No ano passado, as coisas melhoraram quando Catena, convidado a assumir a gerência comercial de uma empresa, aumentou o faturamento do negócio em poucos meses. Com o dinheiro do salário e dos bônus entrando novamente, ele e Nathália liquidaram as dívidas da fábrica de pães de queijo e passaram o empreendimento adiante, justamente quando entravam em outra dívida: a do casamento, de cerca de R\$ 130 mil, que aconteceu em junho passado.

Hoje, casados, já pagaram todas as contas da festa e estão perto de saldar as dívidas de antes – deixando, enfim, a lista da inadimplência. “Estamos quase lá”, comemora o empresário.

ENDIVIDAMENTO RECORDE

Nos primeiros dias de setembro, a Confederação Nacional do Comércio (CNC) divulgou mais um recorde histórico negativo da economia brasileira: há pelo menos duas décadas, o País não tinha tanta gente endividada. Pelos dados, eram quase 8 em cada 10 famílias (79%) nesta situação, em agosto, maior patamar da série histórica da entidade, iniciada em janeiro de 2010.

Mesmo em momentos agudos de uma crise econômica que não arrefece, a linha dos 70% jamais havia sido cruzada. No auge da crise de 2015, por exemplo, 63,5% das famílias brasileiras tinham alguma dívida ativa, segundo a CNC.

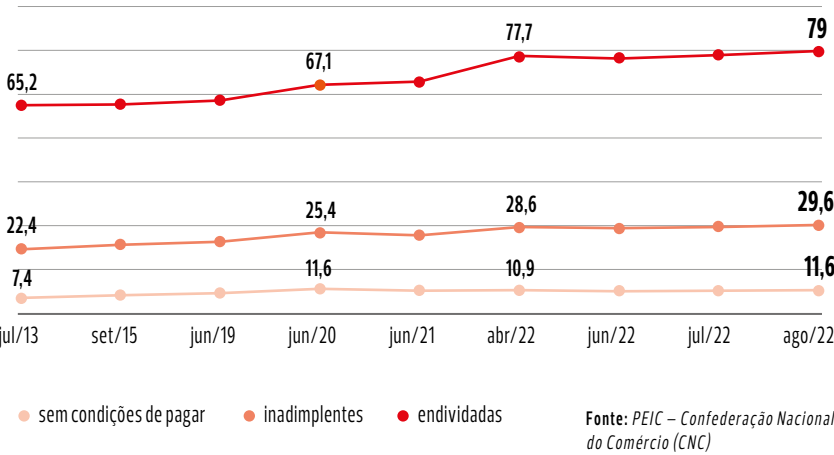
Em São Paulo, principal metrópole brasileira, o contexto é semelhante: em agosto, 76,6% das famílias tinham dívidas – um recorde dentro da série histórica da FecomercioSP, que iniciou a pesquisa em janeiro de 2004.

As constatações das entidades empresariais já haviam sido, de certa forma, antecipadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Em fevereiro, em relatório, o programa afirmou que 7 em cada 10 famílias brasileiras se endividaram durante a pandemia, um fenômeno que mina o futuro da economia do País, uma vez que, para a entidade, “muitas destas pessoas poderão enfrentar dificuldades para se inserirem ou permanecerem no mercado consumidor”.

Na análise econômica, chamam-se “endividadas” as famílias que têm alguma dívida em andamento, mas sem atrasos – por exemplo, a fatura do cartão de crédito do mês ou o financiamento de um automóvel. É um universo de pessoas que precisaram recorrer ao sistema financeiro para fazer algum tipo de aquisição, de curto ou longo prazo. O conceito gera confusão com a inadimplência, ou seja, quando há no orçamento doméstico alguma conta já vencida, mas ainda não liquidada, como uma cobrança de luz ou de aluguel que passou do prazo de vencimento. Em agosto, 29,6% dos lares experimentavam esta realidade, pelos números da CNC. Novamente, foi o patamar mais elevado do País desde que a entidade faz a pesquisa.

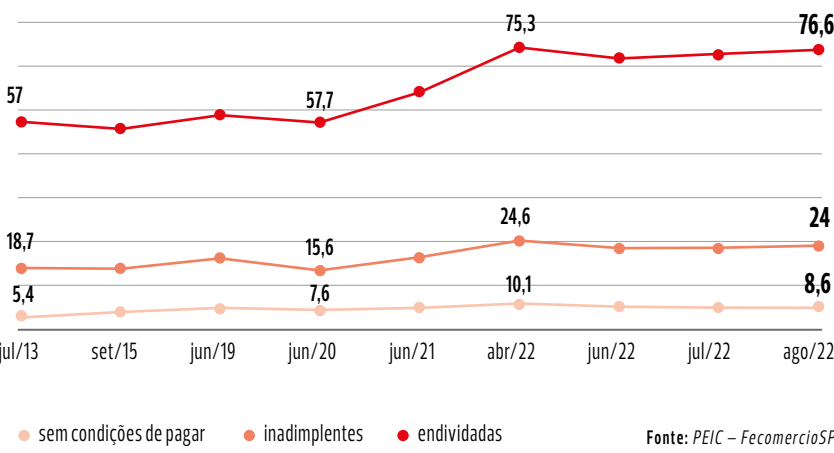
Há ainda uma terceira categoria: a das famílias que, mais do que inadimplentes, admitem não ter condições de saldar as dívidas, quando questionadas pelos pesquisadores. É a situação de 10,8% dos lares, no contexto atual. Neste caso, o recorde histórico foi batido em agosto de 2020, no auge da pandemia, quando 12% das casas brasileiras estavam sem recursos para pagar contas já vencidas.

ENDIVIDAMENTO, INADIMPLÊNCIA E CONDIÇÃO DE PAGAR CONTAS DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS (%)



Em São Paulo, em agosto, 76,6% das famílias tinham dívidas, um recorde na série histórica da FecomercioSP, iniciada em 2004

ENDIVIDAMENTO, INADIMPLÊNCIA E CONDIÇÃO DE PAGAR CONTAS DAS FAMÍLIAS PAULISTANAS (%)



UM INDICADOR EM DEBATE

Nos últimos meses, se há um certo consenso sobre os recordes de endividamento e inadimplência no Brasil serem reflexo da alta e do espraiamento da inflação pelos preços da economia, corroendo o poder de compra das famílias, os economistas se dividem na hora de qualificar o fenômeno. É um debate em curso, sobretudo, em torno da condição do indicador de representar a conjuntura econômica brasileira atual e, também, sobre a possibilidade de apontar um patamar considerado aceitável de famílias nesta condição.

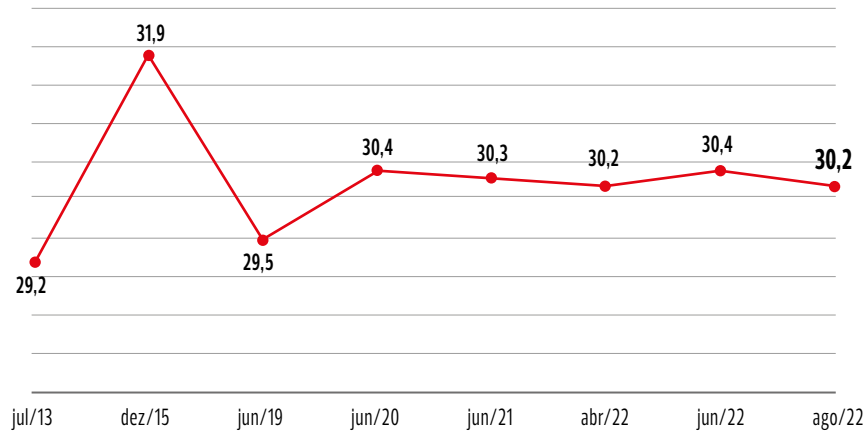
Alguns deles observam que mais gente assumindo dívidas expressa um contexto econômico aquecido, no qual a população está recorrendo ao sistema financeiro para o consumo. Assim, a aceleração dos preços seria, em parte, resultado da demanda crescente dos brasileiros, e isso explicaria, de alguma forma, a persistência da inflação elevada. Esta é a percepção do próprio governo federal, por exemplo – que, inclusive, liberou um programa de empréstimo consignado atrelado ao benefício do Auxílio Brasil, como forma de estimular o consumo. O movimento foi bastante criticado por ter o efeito contrário: o de endividar ainda mais.

Antes disso, em março, para justificar a Medida Provisória (MP) 1.105, o ministro da Economia, Paulo Guedes, destacou que o endividamento no patamar atual é, em parte, positivo, já que é a expressão da “ampliação do crédito, por exemplo, do financiamento de ativos produtivos ou economicamente desejáveis, como o investimento em habitação ou a ampliação do capital de giro”. A MP, assinada, à época, pelo governo, permitiu o saque de até R\$ 1 mil dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), justamente pensando que, com este montante, as famílias poderiam quitar contas atrasadas. Na outra ponta, há um grupo de especialistas apontando que a subida do número de endividados representa uma economia deteriorada, situação em que os lares não conseguem chegar ao fim do mês com fôlego no orçamento.

COMPROMETIMENTO DA RENDA

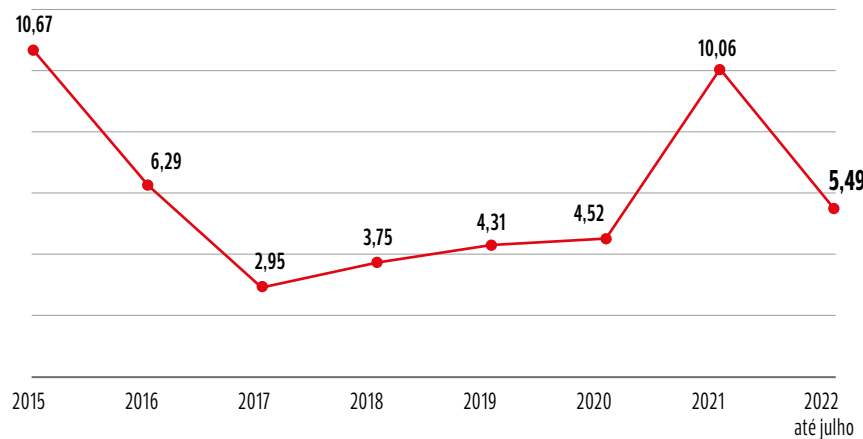
Júlia Braga, professora da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense

RENDA COMPROMETIDA COM DÍVIDAS (%)



Fonte: PEIC – Confederação Nacional do Comércio (CNC)

TAXA DE INFLAÇÃO – IPCA (%)



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

(UFF), destaca que o cartão de crédito, a principal modalidade de endividamento dos brasileiros (85,3% dos casos), se tornou um refúgio para uma enorme quantidade de lares que não têm renda para pagar todas as contas do mês. “Na pandemia, muita gente usou o cartão para fazer compras online. No entanto, agora, parece que tem sido usado para substituir pagamentos tradicionais. Funciona como uma alternativa para quem não tem outra opção; assim, esse crédito acaba comprimindo uma renda que poderia estar sendo utilizada para outras despesas mais importantes.”

Na opinião da docente da UFF, o dado que realmente expressa a situação real das famílias brasileiras é, na verdade, o quanto dos seus rendimentos mensais estão comprometidos com pagamentos de dívidas. Em agosto, de acordo com a CNC, esta proporção era de quase um terço do orçamento doméstico (30,2%) – o recorde histórico do indicador foi registrado em dezembro de 2015, quando 32% da renda dos lares estavam presos às contas a pagar. Isto é: a média se manteve. Este número é importante, segundo Júlia, porque, em um contexto de alta acelerada dos juros, a tendência é que o orçamento familiar fique cada vez mais atrelado às dívidas e, da mesma forma, que a inadimplência siga crescendo.

“As pessoas estão destinando mais dinheiro para pagar juros, seja do cartão de crédito, seja do sistema rotativo, seja do parcelamento da fatura, ou mesmo para financiar ou renegociar um empréstimo. É a alta desta taxa que revela que o momento atual não é nada bom”, opina Júlia.

O endividamento cresceu justamente no momento em que a renda vinha diminuindo, lembra o economista Fábio Pina, assessor técnico da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). O lado positivo do contexto é que, apesar do endividamento contraído, a taxa de desemprego começou a cair, o que acabou permitindo que os lares recuperassem uma forma de gerar renda antes do endividamento se tornar inadimplência. “Em tese, este fato mitiga o risco de inadimplência”, avalia Pina. Ele adverte, no entanto, que é preciso observar se o processo de recuperação do emprego será perene. “Se não for, aumenta-se o risco de elevação do grau de inadimplência. Espera-se que haja tanto ampliação do número de vagas de trabalho quanto a manutenção das que já foram criadas.”

Júlia complementa que uma das faces mais evidentes disso é a conjuntura do mercado interno, impactado pela corrosão do poder de compra e pela consequente crise de pequenas e médias empresas, assim como pelo contexto inflacionado, que fez com que o Banco Central (Bacen) entrasse em trajetória de aumento da Selic, desde o ano passado. “Desta forma, fica ainda mais difícil para as pessoas rolar suas dívidas para frente, porque isso significa pagar juros ainda mais pesados”, completa.

De acorco com Flávio Comim, professor da Escola de Administração da Universitat Ramon Llull, em Barcelona, o endividamento está mais alto do que o normal porque tanto as classes mais baixas quanto os estratos médios do País estão sendo profundamente afetados pela inflação. “De um lado, são pessoas que contraem dívidas para chegar ao fim do mês – e isso, em um contexto de escalada de preços, é uma questão de sobrevivência. De outro, há aquelas que o fazem para manter o padrão de consumo médio de antes”, observa, lembrando ainda do domínio do cartão de crédito como a modalidade que mais endivida as famílias e que tem “o pior juro do mercado”. “É preciso fazer um exercício muito grande para considerar este cenário como positivo”, critica.

Comim, porém, faz outro movimento: o de olhar para contextos do passado recente em que o endividamento também esteve em alta, em busca de respostas sobre o momento. Em 2010, as médias brasileiras foram de 59% de lares endividados e de 25% de inadimplentes. No ano seguinte, no entanto, a taxa média de casas com dívidas subiu para 62%, enquanto a inadimplência caiu para 23%. Entre janeiro e julho, a média de 2022 é de 28%.

O professor lembra que, naquela época, houve uma expansão do crédito como parte de políticas anticíclicas dos governos, de forma a conter a crise financeira global iniciada em 2008. Se funcionou momentaneamente, estas medidas empurraram o problema para os anos seguintes. “São decisões econômicas de curto prazo que o Brasil tomou para se ajustar ao que estava acontecendo no mundo. Não são sustentáveis e, por isso mesmo, não são positivas”, explica.

AMBIENTE NOCIVO

As opiniões variam. Guilherme Dietze, assessor econômico da FecomercioSP, entende que o nível atual de endividamento não é tão pernicioso,

“EM UM CONTEXTO DE MELHORA, MUITAS FAMÍLIAS VÃO DEMORAR PARA VOLTAR A CONSUMIR, PORQUE ESTARÃO PAGANDO AS DÍVIDAS E OS JUROS CONTRAÍDOS AGORA.”

GUILHERME DIETZE,
assessor econômico da FecomercioSP

embora a forma como as pessoas estão contraindo crédito seja nociva. Isso, porque o sistema financeiro está “irrigando” o orçamento das famílias para que estas paguem apenas contas básicas, como a compra do mês no supermercado ou um boleto de serviço doméstico. “O consumo não está fazendo a economia crescer porque está reduzido ao essencial”, avalia.

Ainda para Dietze, é importante existir um controle da taxa de inadimplência, cujos impactos no futuro tendem a retardar a esperada retomada. “Em um contexto de melhora, muitas famílias vão demorar para voltar a consumir, porque estarão pagando as dívidas e os juros contraídos agora”, completa.

O número de inadimplentes é o reflexo mais realístico do Brasil de 2022, na visão do economista-chefe da gestora de fundos Infinity Asset, Jason Vieira. De acordo com ele, o dado do endividamento suscita muitas leituras diferentes, e não necessariamente equivocadas entre si. Depende da narrativa de quem alça o indicador, e, por isso, estaria aí o ponto

central do debate. “É possível olhar pela ótica do consumo e considerar o patamar atual positivo, mas também observar como os lares estão se endividando, porque têm menos renda, e, então, entender que é um contexto ruim. São dois argumentos válidos”, aponta.

Em 2021, a média brasileira foi de 25,2% das famílias inadimplentes, segundo a série histórica da CNC. No ano anterior, primeiro da pandemia de covid-19, a taxa foi de 25,5%, e, em 2019, 24%. O melhor período do passado recente foi 2014, quando cerca de 19% dos lares nacionais passaram o ano com as contas atrasadas.

“Quando a inadimplência cresce, expressa piora da atividade econômica e do desemprego. Embora a gente esteja passando por um processo consistente de recuperação, este número é, de fato, significativo do cenário econômico de agora”, finaliza.

&

Potencial dos insumos amazônicos



AGÊNCIA BORI é um serviço único que conecta a ciência a jornalistas de todo o País. Na BORI, profissionais de comunicação cadastrados encontram pesquisas científicas inéditas e explicadas, além de materiais de apoio à cobertura jornalística e contatos de cientistas de todas as partes do Brasil preparados por nós para atender à imprensa. Acesse: abori.com.br

A biodiversidade da floresta amazônica, estudada por cientistas de diversas áreas do conhecimento, pode gerar aplicações estratégicas nas áreas da Saúde e da Indústria. Em levantamento inédito com foco nesta biodiversidade investigada pela ciência, pesquisadores descobriram que o açaí, o tucumã e o buriti são os insumos mais estudados pelas pesquisas nacionais sobre as matérias-primas da região. Os dados estão em relatório recente da World-Transforming Technologies (WTT), com a participação da Agência BORI. O relatório mapeou os principais insumos da Amazônia com potencial de aplicação na bioeconomia local, em pesquisas científicas brasileiras publicadas entre 2017 e 2021. Os dados foram obtidos mediante um mapeamento

de pesquisas recentes publicadas na forma de artigos científicos na base internacional de periódicos Web of Science. O levantamento de 1,07 mil artigos revela as áreas e as instituições de pesquisa do Brasil que mais produziram estudos sobre o tema.

Ciência das Plantas, Ciências Ambientais, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Ecologia e Bioquímica Molecular são as áreas científicas com mais artigos que estudaram os insumos da região. Dentre as instituições com mais trabalhos, destacam-se a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Universidade Federal do Amazonas (Ufam), o Museu Paraense Emílio Goeldi, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

As matérias-primas mais estudadas pelos grupos de pesquisa brasileiros são açaí, tucumã, buriti, piper, aniba, castanha-do-brasil, andiroba, cupuaçu, guaraná e bacaba. A aplicação destes produtos pode ser feita em diversas atividades industriais: itens artesanais, fabricação de tecidos, artesanato, fios e redes de pesca, compósitos cimentícios para construções sustentáveis e filmes biodegradáveis.

Os pesquisadores constataram que diversos estudos já utilizaram os insumos amazônicos para aplicação na saúde. Alguns artigos tiveram como objetivo compreender como os conhecimentos tradicionais contribuem para o tratamento de algumas patologias, além de pesquisas em setores como tratamento de câncer, desenvolvimento de novos medicamentos, alimentos funcionais etc.

“A biodiversidade amazônica é de uma riqueza extraordinária. Se formos capazes de aplicar ciência a esta riqueza e transformá-la em inovações – produtos e serviços que melhorem a vida das pessoas –, os resultados serão fantásticos”, explica André Wongtschowski, gerente de Operações da World-Transforming Technologies (WTT) e idealizador do estudo.

DOS BIOPOLÍMEROS À CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL Conceder mais visibilidade às pesquisas com potencial de aplicação para o desenvolvimento da região também foi um dos objetivos do tra-

balho. A publicação traz em destaque o resumo de sete desses estudos, selecionados a partir de critérios como potencial inovativo e relevâncias científica, social e econômica. Seis deles foram conduzidos em parceria internacional de instituições brasileiras com institutos e universidades do Canadá, dos Estados Unidos, de Portugal, do Egito e da França.

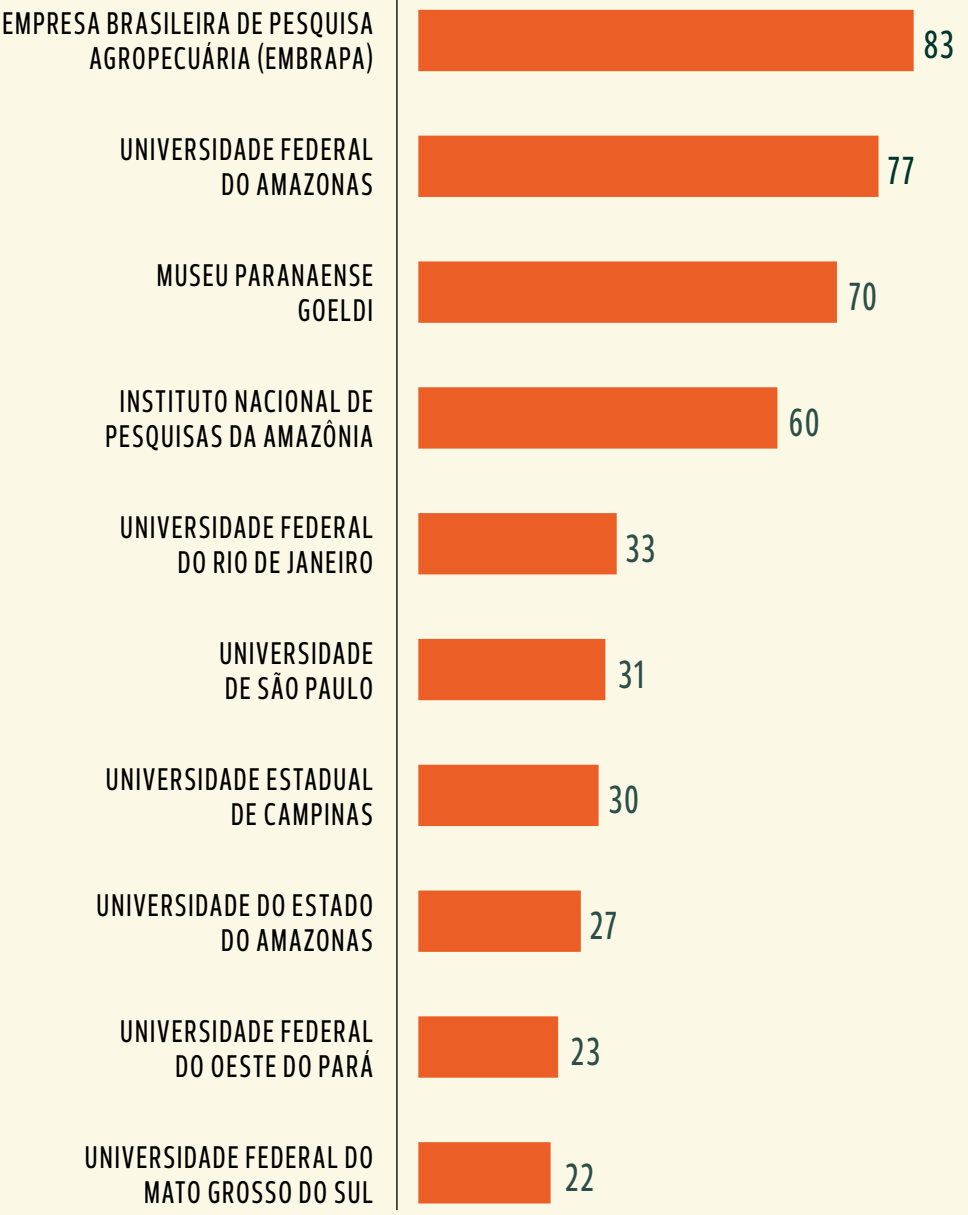
Um dos exemplos é o estudo das universidades federais do Pará (UFPA) e do Amapá (Unifap) e da Universidade do Porto (Portugal) sobre a produção do polímero biodegradável Polihidroxibutirato (PHB), baseado em cianobactérias e microalgas da floresta amazônica. Outro estudo, classificado como “construção sustentável”, analisou os usos inovadores de fibras vegetais nativas da Amazônia. Pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), Universidade da Carolina do Norte (Estados Unidos) e Universidade Alemã do Cairo (Egito) desenvolveram materiais multicamada, com estrutura 3D, a partir de fibras vegetais, com resultados bastante promissores em termos de aspectos funcionais de resistência e estética.

Na área da Saúde, um dos estudos de destaque no levantamento é sobre os potenciais do murici e da taperabá no tratamento do câncer, desenvolvido em colaboração entre o Laboratório de Alimentos Funcionais da UFRJ, o Programa de Oncobiologia Celular e Molecular e da Divisão de Pesquisa Clínica do Centro de Pesquisas do INCA17, a Embrapa (unidade Agroindústria de Alimentos) e o Departamento de Ciências da Natureza da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Outro estudo selecionado por seu caráter de inovação, de pesquisadores da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) em parceria com a Universidade de Bordeaux e o Centro Nacional de Pesquisa Científica – ambos na França –, estudou os potenciais efeitos protetores da *Plathymeria reticulata* e da *Connarus favosus*, insumos amplamente utilizados na medicina popular da região, contra a contaminação pelos metais cádmio e mercúrio.

&

Número de estudos dedicados a insumos oriundos da Amazônia, nas dez instituições de pesquisa de maior ocorrência, no período compreendido entre 2017 e 2021.



Novos dilemas da governabilidade

Quem apostava que as reformas políticas reduziriam o número de legendas na Câmara dos Deputados, acertou. Em 2018, 30 partidos ocuparam espaço na Câmara; agora, este volume caiu para 19 – ou 23, se fragmentarmos as federações, o que não deve ocorrer. Reforça esta percepção o fato de que as legendas de peso, calculadas pelo que chamamos de “partidos efetivos”, despencaram de 16, em 2018, para algo entre 9 e 10, segundo cálculos iniciais.



GRAZIELLA TESTA é professora na Escola de Políticas Públicas e Governo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EPPG) e doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP).

HELGA DE ALMEIDA é doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professora na Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) e no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) na Universidade Federal do Piauí (UFPI).

HUMBERTO DANTAS é cientista político, doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP).

Isso significa maior concentração partidária em uma queda inédita desde 1986. As novas regras e a polarização nacional PT-PL, que não foi verificada nos Estados em boa parte da campanha, deram o tom. E o número de partidos pode cair ainda mais, pois políticos eleitos por grupos que não cumpriram a cláusula de desempenho ficam livres para migrar para qualquer um que a atingiu. Neste ano, sete não conseguiram, com destaque para Novo, PSC, Solidariedade, Pros e PTB.

PL e PT ficam com as maiores bancadas da Câmara, muito acima de prognósticos iniciais. Os gigantes do Congresso voltam a ter números semelhantes aos da década de 1990 e começo dos anos 2000, quando o então PFL foi o último a eleger mais de 100 deputados federais (1998). A coligação que colocou Lula no segundo turno elegeu 122 deputados federais, enquanto Bolsonaro terá 187. O governo, mais uma vez e seja qual for, ficará à mercê de acordos que passam por “Centrão” e centro, conceitos distintos. Lula pode atrair políticos da aliança de Bolsonaro em maior escala, sendo o contrário menos provável. Aqui, resta saber se PP e União Brasil, de fato, se fundirão como incensaram alguns dias atrás, criando o maior partido em contingente de 106 nomes, mas abrindo possibilidade de debandadas.

Quem se enfraquece é o PSDB, que, mesmo em federação com o Cidadania, terá apenas 18 deputados. Aqui, a união com o MDB pode voltar à agenda, ou seja, ainda há espaço para a reorganização pós-eleitoral de partidos.

No Senado, um desafio é o comportamento do eleitorado, que, dias antes do pleito, ainda se mostrava muito indeciso. Na reta final, foi a direita quem ocupou a maior parte dos espaços, com destaque para o ministério de Bolsonaro com Damares, Mourão (vice), Marcos Pontes, Tereza Cristina, Rogério Marinho e, até, Sergio Moro. Tudo indica que a escolha de ministros *não políticos* era, na verdade, a escolha de ministros *ainda* não políticos.

Se reeleito, o presidente terá vida mais tranquila na Casa, e o PL passa a ter a maior bancada, com 13 nomes. Com Lula vencedor, o Senado servirá de freio para pautas progressistas, levando o petista ao centro – mas lembrando que senadores podem mudar de partido livremente. A esquerda, com PDT, PSB, Rede e PT, terá apenas 13 assentos. O que as urnas trazem para os dois terços de políticos que lá permanecem até 2027, inclusive, pode demarcar mais um ciclo de reordenação de bancadas, sendo que a junção entre PP e União Brasil também resultaria na maior legenda (19).

Quanto à representatividade, duas novidades chamam a atenção. Erika Hilton (Psol/SP) e Duda Salabert (PDT/MG) são as primeiras deputadas federais trans, enquanto Sônia Guajajara (Psol/SP) e Célia Xakriabá (Psol/MG) formam a maior bancada indígena da história, com cinco representantes. O número de deputadas subiu de 77 para 91 representantes, de 15% para 18%, mas a média global é de 26,4%, segundo a União Interparlamentar. No Senado, em contrapartida, a previsão é de duas mulheres a menos. Isso pode ser indício de que os incentivos criados pararam de fazer efeito.

Por fim, o maior desafio está atrelado à governabilidade e à manutenção do orçamento secreto como forma de o governo se equilibrar no Congresso. Com o fim das eleições, será importante compreender como o Supremo Tribunal Federal (STF) atuará sobre o assunto, que deve ser mantido com Bolsonaro. Se Lula vencer, no entanto, a questão é como se manterá tal instrumento.

&



BÁRBARA DIAS é doutora pelo Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj-Iesp) e professora na Universidade Federal do Pará (UFPA).

JOSÉ MÁRIO WANDERLEY GOMES NETO é doutor em Ciência Política, mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e docente na Universidade Católica de Pernambuco (Unicap).

PAULO PERES doutor pela Universidade de São Paulo (USP) e professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

PRESIDÊNCIA acima dos presidentes

Vão-se os governos, permanece o Estado. Para além dos sucessivos mandatários a ostentar a faixa presidencial, existe uma instituição permanente e estável: a Presidência da República. Uma garantia de que o poder delegado constitucionalmente pelo povo seja, em seu nome, exercido em políticas públicas planejadas e não sofra efeitos negativos dos ciclos eleitorais e das maiorias políticas transitórias. Agenda de pesquisa e de inovação, calendário de vacinação, política externa, entre outros, são exemplos de campos em que o Poder Executivo normalmente governa, sem que sofram significativas alterações a partir das agendas políticas pontuais dos sucessivos presidentes.

Entretanto, o personalismo e a centralização no governo atual, cujo mandato está se encerrando e em meio à definição eleitoral para o próximo período, põem xeque muitas políticas em favor de um governo que, desde o primeiro dia, buscou mobilizar somente seus grupos de sustentação eleitoral, em detrimento de políticas públicas essenciais. Ademais, os problemas informacionais e de custos de tomada de decisão foram resolvidos pela transformação da presidência numa estrutura reativa e fortemente personalizada, voltada a proteger a palavra final do presidente. Um púlpito para manifestações agressivas e autoritárias, inclusive com críticas aos seus ministros. Estas atitudes transformaram a presidência em um *bunker*, controlado pelos amigos íntimos e militares próximos.

O atual presidente obstruiu pontes políticas e institucionais com o Congresso e o Judiciário no processo de tomada de de-

cisões, subvertendo a lógica tradicional do presidencialismo de coalizão. Tornou a presidência personalista a sua arena principal. E a formação de seus gabinetes cristalizaram essa politização personalista e o unilateralismo administrativo como suas principais estratégias. A discricionariedade administrativa dos ministros e de funcionários de primeiro e segundo escalões também eram moldadas de acordo com as relações pessoais que nutriam com o presidente e família.

Os custos da estratégia de não se vincular com políticas de Estado, tampouco com um programa de governo ou com mecanismos de coordenações vertical e horizontal do Executivo, apareceram: o País não cresceu economicamente, verdadeiros “apagões” administrativos aconteceram e o presidente enfrentou a queda em sua popularidade e alto índice de rejeição.

Os resultados do primeiro turno revelam esta confusão entre presidente e Presidência. O seu *bunker* parece ter usufruído dos favores do orçamento secreto, assim como o seu partido atual, que aumentou sensivelmente de bancada.

Talvez essa estratégia até seja importante para a manutenção da permanência do corpo do presidente em seu cargo, mas não o suficiente para garantir o resgate necessário da instituição presidencial. Para isso, será necessário que haja esta desincorporação entre os dois corpos e o fortalecimento simbólico da unidade do corpo Nação encarnado, para além do corpo físico de quem o ocupa.

&

ENERGIA LIMPA: O FUTURO É AGORA

Em reunião da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) ocorrida em junho, em Paris, na França, ratificou-se um pleito que o Brasil esperava há muito tempo: na ocasião, o grupo formalizou que o País poderá iniciar a longa jornada para engrossar a sua lista – atualmente, com 38 membros. Dentre as várias exigências para a admissão definitiva está, sobretudo, o sucesso em metas sustentáveis definidas na Agenda 2030 da ONU, as quais, no caso brasileiro, têm sido reforçadas pela OCDE.

O grupo já havia feito, há dois anos, uma série de advertências do tipo em um relatório econômico, afirmando que o Brasil deveria definir suas prioridades ambientais, comprometer-se a não diminuir suas áreas de proteção ambiental e fazer um uso mais sustentável dos ativos naturais. Por outro lado, o documento destacava as reduções de emissões de gases de efeito estufa que o País havia logrado nas duas décadas anteriores (queda de 14,7%, entre 1990 e 2010). Em outra análise, a OCDE defendeu que o desenvolvimento brasileiro depende do aumento da produtividade, da melhora no nível educacional e da mudança para um crescimento “verde e sustentável”.

MATRIZ ENERGÉTICA ECOLÓGICA

Cheios de indicações do gênero, os relatórios da entidade também ajudam a entender por que, agora, a OCDE resolveu dar aval para tornar o Brasil um dos seus membros. A situação na Amazônia se deteriorou significativamente nos últimos dois anos – em 2021, a floresta teve uma área do tamanho do Estado do Sergipe desmatada e, neste ano, ações criminosas na região chamaram a atenção do mundo quando resultaram nos assassinatos do jornalista britânico Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira. Além disso, o País está na dianteira do principal causador do efeito estufa: as emissões do setor energético.

Ao mesmo tempo, enquanto a meta da Agência Internacional de Energia (IEA, em inglês) é de que fontes renováveis correspondam a 30% da matriz energética global até 2030 – a média é de 14% –, o Brasil tem, hoje, quase metade (48%) da própria matriz abastecida por recursos desta natureza. No caso do setor elétrico, a estrutura nacional é ainda melhor: enquanto 30% da geração de eletricidade mundial é feita por meio de fontes renováveis, aqui esta taxa chega a 85%.

Tudo isso considerando ainda que o País é o segundo maior produtor de biocombustíveis do mundo – atrás apenas dos Estados Unidos –, além de fazer uso destes derivados para abastecer um quarto da sua frota de transportes. “O Brasil já se encontra muito mais próximo do perfil energético almejado para a matriz global na próxima década”, sustentam Fernanda Delgado e Raquel Filgueiras, do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), em artigo publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), no qual estes dados podem ser encontrados. “E, para os próximos anos, a tendência é que a participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira permaneça elevada”, destacam.

“As fontes são limpas porque nossa geração de eletricidade acontece, sobretudo, em usinas hidroelétricas. Em 2020, 60% de tudo o que produzimos vieram delas”, explica José Golderberg, presidente do Conselho de Sustentabilidade e do Comitê Energia da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). “O uso abundante de biomassa – por exemplo, o etanol feito da cana de açúcar ou a produção de energia elétrica, com o bagaço – também contribui para manter nossa matriz nestes parâmetros”, afirma.

Estes números se sobressaem ainda mais quando vistos sob o prisma do alarme global acerca do tema. Em março, a Agência Internacional de Energia Renovável (Irena, na sigla em inglês) publicou um extenso relatório argumentando que o aumento nos preços do petróleo e do gás, além das incertezas geopolíticas da guerra na Ucrânia, exige uma aceleração imediata na transição energética mundial. “Dados do ritmo e o alcance inadequados deste processo, nenhuma atitude que não seja radical e imediata vai diminuir (e, possivelmente, eliminar) a chance de a temperatura do planeta subir 1,5 grau ou, mesmo, 2 graus”, afirma a instituição.

texto VINÍCIUS MENDES

ENQUANTO A META É DE QUE FONTES RENOVÁVEIS CORRESPONDAM A 30% DA MATRIZ ENERGÉTICA GLOBAL ATÉ 2030 – A MÉDIA É DE 14% –, O BRASIL TEM, HOJE, QUASE METADE (48%) DA PRÓPRIA MATRIZ ABASTECIDA POR RECURSOS DESTA NATUREZA

Apesar disso, somente 6% dos fundos sustentáveis do orçamento dos países do G20 foram utilizados para fazer a transformação em direção à energia limpa, entre 2020 e 2021. Esta periodicidade, para a Irena, deveria ser outra: investimentos da ordem de US\$ 5,7 trilhões por ano, até 2030, apenas em transição energética, para que seja possível cumprir com a meta dos países em manter o aquecimento global em 1,5 grau. Tudo isso com o imperativo de realocar ainda outros US\$ 700 bilhões, que, atualmente, se destinam a ativos fósseis, como petróleo e carvão, para irrigar tecnologias de fontes renováveis do setor.

A realidade global é, de fato, “muito fóssil”: no ano passado, 31% do consumo de energia tiveram o petróleo como fonte, de acordo com dados da gigante europeia British Petroleum (BP). Em seguida, vieram o carvão (27%) e o gás (24%). Isso explica, por exemplo, o lucro de mais de US\$ 100 bilhões que a BP e outras petrolíferas mundiais registraram nos primeiros quatro meses de 2022 – valor que foi chamado de “imoral” pelo secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Antonio Guterres, em uma reunião no começo de agosto.

Em votação histórica, o senado dos Estados Unidos aprovou, no mesmo período, um pacote que prevê investimentos de cerca de US\$ 370 bilhões (R\$ 1,9 trilhão) em iniciativas que con-

tribuem para a transição energética, como a indústria de carros elétricos, além de mudar a legislação para estender a cobrança de tributos a outros setores produtivos. O país estadunidense, vale lembrar, é o maior poluente do planeta desde o fim da Revolução Industrial inglesa, no século 19.

DIVERSIFICAÇÃO DE FONTES

Se o etanol, resultado da extração energética de biomassas como a cana (no Brasil) e o milho (nos Estados Unidos), é sempre lembrado como a principal alternativa de geração de energia limpa brasileira – em um mundo onde apenas 0,6% da demanda foi suprida por biocombustíveis em 2021, segundo a BP –, está longe de ser a única. Na verdade, a capacidade de manter a matriz diversificada e renovável pelos próximos anos tem muito a ver com outras fontes ainda não totalmente exploradas, e das quais o Brasil tem muitas possibilidades.

“Na cidade de São Paulo, já há geração de energia com base em resíduos sólidos urbanos dispostos em aterros sanitários, enquanto o Estado tem produzido com bagaço de cana – demonstração de como ativos agrícolas podem ser matérias-primas para este fim”, explica Rubens Maciel Filho, professor da Faculdade de Engenharia Química (FEQ) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e diretor do Center for Innovation on New Energies (CINE).

Segundo Maciel Filho, não cabe mais falar em um futuro no qual o Brasil liderará o processo de transição energética. Este momento é agora. “O problema é que a gente não é muito bom em expressar as coisas boas que temos”, diz. “Nossa matriz é ótima, com hidroeletricidade, etanol e biodiesel, a cogeração pelo bagaço da cana e todo o benefício das biomassas para o desenvolvimento rural. Nós temos muitas possibilidades de liderar o mundo neste sentido.”

Uma delas é a energia elétrica produzida do vento. Desde o ano passado, a geração eólica tem suprido, com frequência, a demanda diária de toda a Região Nordeste, que conta com 57 milhões de habitantes. Não é para menos: de 2012 para cá, o Brasil, que nem sequer aparecia no “top 10”, pulou para o sétimo lugar entre os maiores produtores de eletricidade a partir dos ventos do planeta, aumentando em 11 vezes a ca-

pacidade neste período, segundo a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica). No estágio atual, essa energia corresponde a 12% da matriz elétrica nacional, segundo os dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

“É um setor bem regulado e atraente para investimentos privados, tanto dentro como fora do País”, ressalta a presidente da entidade, Elbia Gannoum. “Nós, que nos tornamos uma potência mundial em capacidade geradora no espaço de uma década, temos caminho para sermos líderes globais”, completa Juliana Yanaguizawa, professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE).

Este movimento encontra paralelo em outros países: cerca de 7% da matriz global já são formados por captação eólica, de acordo com um relatório da *think tank* Ember. No ano passado, a capacidade produtiva cresceu 14% no mundo, renovando as esperanças de que esta transição tenha fôlego até o fim da agenda da ONU, daqui oito anos.

A mesma esperança se vê no caso da energia solar fotovoltaica, que, atualmente, corresponde a 3% da matriz elétrica brasileira. Em março, a totalidade desta força produtiva, no País, superou pela primeira vez a potência instalada da usina hidrelétrica de Itaipu – um feito e tanto para um setor que, até 2016, praticamente inexistia (tinha apenas 93 megawatts de potência instalada, enquanto hoje é de 22,1 gigawatts). Assim como a eletricidade que vem da captação eólica, a produção solar fotovoltaica também tem uma demanda quase totalmente oriunda das residências e dos comércios urbanos.

Para Goldemberg, da FecomercioSP, a ascensão destas capacidades está acontecendo em paralelo à diminuição das hidrelétricas, na composição da matriz nacional. No momento, 55,9% da eletricidade produzida no País vêm de fontes diversificadas – mas este número já foi de 83% no começo dos anos 2000. Em janeiro, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) elaborou um relatório afirmando que, em 2031, depois de muito tempo, as hidrelétricas vão ofertar menos da metade da energia consumida no Brasil. “A expansão da produção das usinas na região amazônica enfrenta grandes dificuldades por causa de problemas ambientais”, lembra Goldemberg.

PROBLEMA E SOLUÇÃO

Ainda que haja condição de liderar o processo de transição energética global, o Brasil tem os próprios desafios. Para Fernanda Delgado e Raquel Filgueiras, do IBP, alguns estão ligados, de fato, aos destinos das hidrelétricas – que, apesar de limpas, geram outros custos ambientais. Não apenas pelo fato de o potencial destas grandes estruturas já ter sido quase completamente explorado, e o único campo onde ainda seria possível construí-las (a Amazônia) ser considerado ambientalmente sensível, mas também pelos próprios impactos do aquecimento global no funcionamento destes sistemas.

“Uma das incertezas no planejamento da expansão hidrelétrica é a influência das mudanças climáticas nos regimes hidrológicos [*de chuva*] e a vulnerabilidade do sistema frente às possíveis alterações de vazão”, explicam, detalhando, também, que “a redução das precipitações, em algumas regiões, pode comprometer a geração do parque instalado e inviabilizar economicamente a expansão de usinas da categoria, no futuro”.

Goldemberg aponta um dilema ainda mais complexo em torno das hidrelétricas: para compensar a redução da sua participação na matriz brasileira sem “sujar” a central energética, é necessário estimular fontes renováveis. É um caminho que o Brasil está percorrendo, como já se viu, embora não sem percalços. “A maior dificuldade é que as gerações eólica e solar são intermitentes. Por isso, exigem armazenamento maior do que o das usinas hidricas, para que possam estocar a eletricidade produzida que não consegue ser absorvida pelo SIN [*Sistema Interligado Nacional*], por falta de demanda ou de transmissão, quando gerada. A solução seria usar baterias, mas os custos são ainda elevados”, demonstra.

A própria intermitência dos ventos e da luz solar exige que a matriz tenha alternativas (limpas) de abastecimento elétrico, em caso de comprometimento dessas fontes. Hoje, quando isso acontece, as saídas são “suja”, como as usinas térmicas. “A garantia do suprimento passa pelo equilíbrio entre a diversificação da matriz com o uso ampliado de fontes menos emissoras”, dizem Raquel e Fernanda, do IPB.

No caso das biomassas, os desafios passam desde um uso mais planejado das áreas produtivas existentes até uma infraestrutura melhor – demanda antiga de muitos setores do País. “Há terra suficiente para desenvolver a geração energética sem competir com a produção de alimentos, mas falta um planejamento que leve em conta as vocações das matrizes regionais”, exemplifica Maciel Filho. “Sem contar a logística, na medida em que, por meio desta, muitos poluentes são emitidos no transporte, por causa dos combustíveis fósseis. Há ainda questões em torno do aprimoramento das tecnologias de transformação da biomassa, necessário para sustentar o crescimento do setor, e para o próprio uso final dos consumidores”, finaliza.

Se o Brasil pode ajudar a salvar o mundo de alguma forma, a liderança na transição energética é, neste momento, em um mundo cada vez mais preocupado com os problemas ambientais, a sua face mais concreta. Os desafios não são apenas brasileiros, mas também globais. Este é o problema, mas, também, a solução.

&

ARTE DA BOLA

No ano em que se comemora o centenário da Semana de Arte Moderna, que aconteceu no Theatro Municipal de São Paulo em 1922, o modernismo segue ligado umbilicalmente ao esporte mais popular do Brasil.

texto FILIPE LOPES

Para alguns, pode parecer indevida a categorização de uma prática esportiva enquanto arte. No Brasil, porém, muitas coisas são feitas com arte. E foi em solo nacional que um jogo, até então puramente tático, virou exibição performática de criatividade. Inventada pelos britânicos, em 1863, e popularizada por aqui pelo inglês Charles Miller, em 1895, a modalidade já chegou com suas regras bem definidas: quatro linhas e o objetivo de marcar mais gols do que o adversário dentro de um determinado período. Os brasileiros inovaram (e aperfeiçoaram) o jogo, ao driblar a repetição das estratégias britânicas, transformando uma simples competição de 11 jogadores contra outros 11 em uma coleção de momentos geniais.

Mas se o futebol brasileiro se notabilizou mundialmente ao ser feito com arte, qual a sua relação com a arte nacional? É verdade que, durante a Semana de Arte Moderna de 1922, o futebol não foi retratado nas obras. No entanto, na abertura da programação no Theatro Municipal de São Paulo, o escritor Menotti Del Picchia chegou a citar o jogador paulistano Arthur Friedenreich em seu discurso. Fora ele, Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral também escreveram versos e artigos a respeito da relação do futebol com a busca pela identidade brasileira proposta pelo movimento. É justamente esta relação que pode ser conferida na exposição *22 em Campo*, instalada no Museu do Futebol até janeiro de 2023. A mostra estabelece 22 pontos de convergência entre o esporte e o movimento modernista ao longo dos últimos cem anos. Assim como a arte, os costumes e as religiões cristãs herdados dos colonizadores, o futebol nasceu branco, europeu e elitizado. As fotos do 2º Campeonato Sul-Americano de Futebol (atual Copa América), em 1922, no Rio de Janeiro, ilustram o público presente nas arquibancadas: homens brancos de paletó, gravata e chapéu, acenando aos jogadores com lenços de seda. As poucas mulheres ali acompanhavam os maridos, adornadas com joias e longos vestidos.

OPERÁRIOS

O icônico quadro de Tarsila do Amaral representa a diversidade de rostos e expressões dos trabalhadores brasileiros que impulsionaram a indústria no início do século 20. Historiadores avaliam que o futebol influenciou a pintora na escolha de “empilhar” os rostos dos operários, como em uma arquibancada de estádio. A diversidade retratada na obra da artista, pintada em 1933, não era realidade no ambiente do futebol à época. No entanto, alguns anos depois, esta mistura passou a ser uma marca dentro (e fora) de campo.



Em sua coluna no *Diário de S.Paulo*, em 1940, Tarsila descreveu sua admiração:

“Confesso que vibrei num enorme entusiasmo ao assistir, pela primeira vez em minha vida, ao encontro em que os brasileiros enfrentaram os seus colegas argentinos, no campo apinhado do Parque Antártica. O dinamismo das jogadas, o empolgante aspecto do campo, a beleza de certos lances que chegavam a lembrar bailados, me traziam evocações de velhas leituras, reminiscências dos estádios gregos em que se realizavam os Jogos Olímpicos na Antiguidade pagã. A Grécia Antiga, cujos atletas foram modelados pelos grandes escultores, principalmente no seu período de apogeu no V e VI séculos antes de Cristo, incitava a juventude ao desenvolvimento harmonioso do corpo, visando sobretudo à formação de bons defensores da pátria (...).”

LUTA FEMININA

A inclusão das mulheres no esporte – e, especialmente, no futebol – foi uma importante conquista, cuja luta se iniciou com o movimento modernista no começo dos anos de 1920. O primeiro registro de uma partida do esporte disputada por mulheres é de 1921, entre senhoritas dos bairros Tremembé e Cantareira, na zona norte de São Paulo, conforme noticiado pelo jornal *A Gazeta*. As apresentações aconteciam no interior de lonas de circos e em campos modestos nas periferias do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Rio Grande do Norte, consideradas exibições não profissionais.

O cenário mudou em 1940, quando o Pacaembu sediou partidas de equipes femininas e gerou revolta em parte da sociedade. A reação oficial veio no ano seguinte, com a proibição expressa da prática da modalidade por elas, a partir da criação do Conselho Nacional de Desportos (CND), sob a alçada do Ministério da Educação. Mesmo proibidas, muitas se organizavam para disputar partidas clandestinas nas pe-

riferias das grandes cidades, o que fez o governo militar de 1965 publicar o Decreto-Lei 3.199: “Art. 54. Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país”.

O fim da proibição foi conquistado anos mais tarde, em 1979. Com o caminho aberto, as mulheres mostraram que, em jogo de bola, precisa haver diversidade e talento: a primeira seleção brasileira surgiria em 1988, para a disputa do campeonato experimental da Federação Internacional de Futebol (Fifa). Com as sobras das roupas da equipe masculina da seleção, as atletas conquistaram a medalha de bronze e pavimentaram a modalidade para o surgimento de grandes estrelas do campo, como a jogadora Pretinha, que disputou quatro Copas do Mundo e quatro Olimpíadas, e a melhor atleta de todos os tempos, Marta, a maior artilheira das Copas do Mundo femininas.

&



UTOPIA TROPICAL: 100 ANOS DE DARCY RIBEIRO

texto HERBERT CARVALHO | ilustração PAULA SECO

“Darcy é uma das grandes inteligências do Brasil de todos os tempos”, segundo o crítico literário Antonio Candido, elogio amplificado em nível continental pelo escritor colombiano Gabriel García Márquez, que o considerava “um dos homens mais brilhantes da América Latina”. Já no fim da vida, entretanto, o autor da obra seminal *O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil*, que levou 30 anos para ser concluída, enxergava a si mesmo por outro prisma: “Fracasseei em

tudo o que tentei na vida. Tentei alfabetizar as crianças brasileiras, não consegui. Tentei salvar os índios, não consegui. Tentei fazer uma universidade séria e fracassei. Tentei fazer o Brasil desenvolver-se autonomamente e fracassei. Mas os fracassos são minhas vitórias. Eu detestaria estar no lugar de quem me venceu.”

Darcy Ribeiro nasceu em 26 de outubro de 1922, em Montes Claros (MG), Vale do São Francisco, entrada do sertão nordestino. De família

abastada e culta, proprietária de uma fábrica têxtil e de fazendas, não teve carências materiais na infância ou juventude, mas perdeu o pai com apenas três anos. “Felizmente, porque não fui domesticado por ele e, como não tive filhos, nunca domestiquei ninguém”, escreveu, a respeito da paternidade, em suas memórias (*Confissões*, Companhia das Letras, 1997). Conheceu a brutalidade da classe dominante brasileira entre os próprios parentes, retratados posteriormente no romance *O mulo*.

A educação já estava no seu DNA, herdado da mãe, Josefina Augusta da Silveira, professora primária – que batiza, com o nome de “Mestra Fininha”, a principal avenida da cidade natal. Do “tio Plínio”, que era médico, herdou o gosto pelos livros.

Em 1939, aos 17 anos, em pleno Estado Novo, chega a Belo Horizonte para estudar Medicina, projeto que abandona ao descobrir que podia assistir às aulas de outras faculdades, aos seus olhos, bem mais interessantes. Disputado por integralistas e comunistas, adere a estes últimos, mas não por muito tempo: seu espírito libertário choca-se com a rígida disciplina partidária. “Meus caminhos foram outros, mas ainda me lavo naquelas águas. Não sou marxista, mas discípulo, herdeiro de Marx.”

Valendo-se de uma bolsa de estudos, matricula-se em São Paulo, na Escola Livre de Sociologia e Política (FESPSP), dotada de uma biblioteca doada pela Fundação Rockefeller e dirigida pelo sociólogo estadunidense Donald Pierson. Lá, faz o curso de Ciências Sociais, com especialização em Antropologia, graduando-se bacharel, em 1945, e mestre, em 1947. Por indicação de um dos professores, o alemão antinazista e exilado político Herbert Baldus, vai trabalhar com o Marechal Cândido Rondon na Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

Ao assumir a função de etnólogo indigenista, imerso durante dez anos em aldeias do Brasil Central e da Amazônia estudando as comunidades destas regiões, Ribeiro veste sua primeira pele, de acordo com a equiparação que fazia de si mesmo a uma cobra. São frutos desse período a criação do Parque Indígena do Xingu e do Museu do Índio, no Rio de Janeiro, além do primeiro livro, *Religião e mitologia Kadiwéu*. O deslumbramento com a “humanidade índia, tão invia e essencial” dará nos romances *Maira* e *Utopia selvagem*.

A segunda pele surge de seu encontro com Anísio Teixeira, diretor do Instituto Nacio-

nal de Estudos Pedagógicos (Inep), entre 1952 e 1964, com quem compartilha a visão da educação como direito fundamental para eliminar o analfabetismo. Indicado ao cargo de diretor da Divisão de Estudos Sociais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, é encarregado pelo então presidente Juscelino Kubitschek de planejar a Universidade de Brasília (UnB), da qual será o primeiro reitor. Durante o breve período parlamentarista da presidência de João Goulart, ocupa o cargo de ministro da Educação e Cultura.

Quando Goulart recupera os poderes presidencialistas, em 1963, Ribeiro assume a pele de político e, com ela, a Casa Civil do governo. Será na tentativa de realizar a Reforma Agrária e disciplinar o capital estrangeiro que sucumbirá ao golpe militar, no ano seguinte.

Exilado no Uruguai, leciona na universidade local e aproveita para escrever *O processo civilizatório*, marco inicial de seus *Estudos de Antropologia da Civilização*, que inclui obras sobre a América Latina. Preso por nove meses ao tentar voltar ao Brasil, em 1968, retorna ao exílio e se torna assessor dos presidentes Salvador Allende, do Chile, e Velasco Alvarado, do Peru.

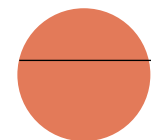
Após a anistia política de 1979, une-se a Leonel Brizola na fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT), e ambos se elegem governador e vice-governador do Rio de Janeiro, respectivamente, em 1982. Nomeado secretário estadual de Cultura, retorna a veia educadora com a concepção e realização dos Centros Integrados de Ensino Público (Cieps), efêmera tentativa de introduzir no Brasil o ensino em tempo integral, nos moldes dos países desenvolvidos.

De 1991 até 1997, ano de sua morte, exerce o mandato de senador, durante o qual elabora e consegue aprovar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei Darcy Ribeiro, como é chamada em homenagem a seu criador. Dentre seus últimos “fazimentos”, como costumava dizer, figuram a Universidade do Norte Fluminense (Uenf) e a Fundação Darcy Ribeiro.

Casado durante 25 anos com a também antropóloga Berta Gleizer, amou muitas mulheres pelos diversos continentes, mas seu amor maior sempre foi o Brasil, “a mais bela e luminosa província da Terra”, onde um dia florescerá “uma nova civilização, mestiça e tropical, orgulhosa de si mesma”.

&

“OS FRACASSOS
SÃO MINHAS
VITÓRIAS. EU
DETESTARIA
ESTAR NO LUGAR
DE QUEM ME
VENCEU.”



JUVENTUDE LEVADA A SÉRIO

texto FILIPE LOPES



*Cristiane Ribeiro,
integrante da Agenda 227
e do Instituto de Estudos
Socioeconômicos (Inesc)*

Compromissos prioritários garantidos pela Constituição de 1988, os direitos da criança e do adolescente, na prática, pouco se manifestam em ações e programas por parte do Estado, imprescindíveis para sanar estas lacunas a fim de garantir justiça social às próximas gerações.

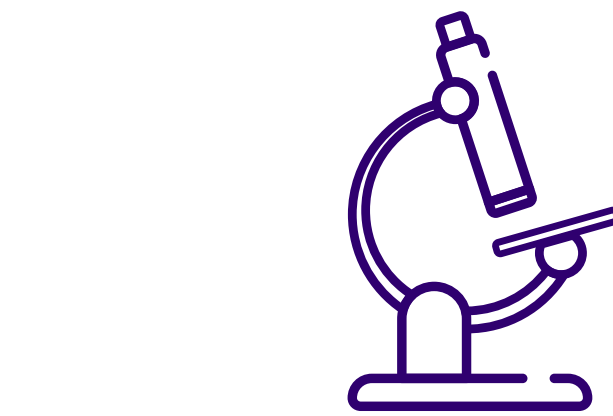
De olho no termômetro eleitoral, o assunto vem a debate pela iniciativa de mais de 320 organizações da sociedade civil, que lançaram a Agenda 227. O texto elenca 148 propostas de políticas públicas, as quais foram apresentadas aos pré-candidatos à Presidência da República.

Na elaboração do material, 22 grupos de trabalho analisaram o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). “Isso nos possibilitou abarcar temas diversos, que vão além da educação e podem frear o desmonte e os retrocessos ocorridos nos últimos anos”, comenta Cristiane Ribeiro, membro da Agenda 227 e uma das gestoras do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc).

O documento da Agenda 227 indica quais ações seriam mais frutíferas e propõe mudanças significativas nas áreas de Educação, Saúde, Emprego, Seguranças Pública e Alimentar e Diversidade.

Para saber mais, acesse: agenda227.org.br

&



bori
agência

www.abori.com.br
[@agencia_bori](https://twitter.com/agencia_bori)
bori@abori.com.br

mapeamos a ciência
brasileira inédita e
disseminamos para
rádios, TVs, jornais
e sites de todo o
país. conheça nosso
trabalho, **apoie!**





Todos os tempos
e movimentos
do seu evento.



Qual evento você vai realizar?

Uma festa, uma feira, uma convenção, um seminário, um congresso
ou uma coletiva? Poucos convidados ou muitos participantes?
Uma grande área ou um ambiente mais reservado?

No Centro Fecomercio de Eventos (CFE), você encontra os espaços e os custos
que se adaptam às suas necessidades, além da infraestrutura completa para
encontros presenciais, virtuais e híbridos, tudo localizado numa região estratégica:
perto do Masp e da Avenida Paulista.

Quer saber mais? Use o código QR e fale com a gente.

**CENTRO
FECOMERCIO
DE
EVENTOS**

